



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais

JORDANA PEREIRA DE ALMEIDA

**A AMAZÔNIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO
BIBLIOMÉTRICO DE TRABALHOS ACADÊMICOS BRASILEIROS.**

Monografia

Brasília - DF

2021

JORDANA PEREIRA DE ALMEIDA

**A AMAZÔNIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO
BIBLIOMÉTRICO DE TRABALHOS ACADÊMICOS BRASILEIROS.**

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para conclusão da graduação.

Orientadora: Thais Lemos Ribeiro

Brasília

2021

Jordana Pereira de Almeida

**A AMAZÔNIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO
BIBLIOMÉTRICO DE TRABALHOS ACADÊMICOS BRASILEIROS.**

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para conclusão da graduação.

Orientadora: Thais Lemos Ribeiro

Aprovada em: 26 / 05 / 2021

Banca examinadora

Thais Lemos Ribeiro

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília

Laura Urrejola Silveira

Integrante da banca examinadora
Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília

Maurício Kenyatta Barros da Costa

Integrante da banca examinadora
Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, pelas bênçãos concedidas e por ter me sustentado até aqui. Obrigada Pai por me mostrar seu amor e misericórdia. Agradeço aos meus pais, José Elias e Iolanda Almeida por não medirem esforços para ver o meu melhor, por encontrar em vocês um porto seguro, por serem os maiores incentivadores dos meus sonhos, e por toda a compreensão durante estes cinco anos. Vocês são os melhores pais deste mundo, são a minha inspiração e eu amo muito vocês. Aos meus irmãos Júnior, Lorena e Jean obrigada por serem tão parceiros, mesmo cada um com suas diferenças, mas sempre de mãos unidas, vocês são espetaculares.

Gostaria de agradecer a minha família no geral, tios, tias e primos, por sempre andarem lado a lado comigo. Em especial aos meus avós Josina e Diocleciano que com toda a sabedoria de vocês sempre me incentivaram a crescer, a correr atrás dos sonhos, por todas as nossas conversas e brincadeiras, pelos ensinamentos e histórias compartilhadas, eu olho para vocês e só consigo admirar e agradecer a Deus por ter avós tão presentes em minha vida, eu amo vocês incondicionalmente. Deixo aqui também a minha homenagem ao meu avô Delfino que não se encontra mais entre nós, mas que enquanto vivo sempre mostrou o seu amor por mim, vibrou com as minhas conquistas e que deixou valiosas lições que eu irei carregar para sempre, você jamais será esquecido a sua memória é muito presente na minha vida e eu te amarei eternamente. Também gostaria de dedicar esta monografia ao meu primo Tuxa, que infelizmente foi levado de nós muito cedo pela Covid-19, a sua alegria e preocupação comigo me faz falta aqui primo.

As minhas amigas de curso que foram pilares centrais nestes anos, Ana Luiza, Anais e Brenda obrigada por toda parceria, vocês são pessoas que quero levar para a vida, já disse e repito que vocês são inspiração para mim, vocês foram a minha calma nessa turbulência, são muitas memórias, muitos perrengues, muitas brincadeiras. Mas sempre unidas, vocês fizeram essa experiência acadêmica ser melhor do que eu podia imaginar. Aos meus amigos da vida obrigada por não soltarem minha mão, escutar as minhas reclamações e surtos e por sempre estarem disponíveis a qualquer chamado meu, em especial minhas amigas Andressa, Bárbara,

Sabrina, Marielle e Cariely, e aos meus amigos Colina e Iron que sempre estiveram comigo no meio dessa montanha russa.

Gostaria também de agradecer ao professores e mestres que enriqueceram a minha jornada acadêmica, além dos ensinamentos sobre as matérias expandiram o meu horizonte de vida. Em especial a minha orientadora Thais, que topou esse desafio da monografia comigo e que se dedicou e me compreendeu durante esses meses. Você foi sensacional professora, você me mostrou que eu era capaz e fez com que fosse prazerosa e leve a escrita desta monografia. Obrigada por tudo.

A UNB deixo aqui os meus agradecimentos por ter me proporcionado memórias e histórias incríveis, a universidade é por muitas vezes acolhedora, sentirei falta de sentar em seus corredores, de ir ao amarelinho dar um descanso à mente, de conversar com os colegas, de correr entre uma sala e outra, de ficar horas na BCE, de ficar até tarde por conta dos projetos. Obrigada UNB por todas as experiências incríveis que me proporcionou, esse ambiente multicultural, com uma pluralidade de conhecimentos que me ajudou a me transformar não só profissionalmente/academicamente, mas no lado pessoal também. Saio com a sensação de gratidão.

E por fim, gostaria de agradecer a mim mesma por não ter desistido dos meus sonhos, foram cinco anos vivendo experiências incríveis, tentando o aprimoramento, amadureci, cresci, evolui sem perder a minha essência. Estes últimos dois anos foram anos de muitas turbulências na minha vida, mas mesmo assim consegui me manter forte e persistir no que sempre acreditei, e continuo a minha caminhada com a sensação de que estou chegando cada vez mais perto de me tornar aquilo que sempre almejei.

RESUMO

As relações internacionais (RIs) abrangem temas de diferentes atores, que chegam em níveis transnacionais ou supranacionais. Um destes temas é a Amazônia, que é considerado um bioma rico em diversidade, mas enfrenta muitas problemáticas que transpassam suas fronteiras. Este trabalho tem como objetivo analisar de que forma a produção científica das relações internacionais aborda o tema “Amazônia e RIs” na perspectiva acadêmica brasileira em artigos científicos e relacioná-la com a política ambiental global (PAG). A metodologia usada é o estudo bibliométrico, com a finalidade de analisar a contribuição do conhecimento científico derivado das publicações em relação a este conjunto - Amazônia, RIs e PAG. Desta forma, a conclusão observada é que não há uma visão predominante sobre a Amazônia no campo analítico das RIs, mas este tema é estudado em forma multidisciplinar. Por fim, analisamos a importância de trazer o Sul global para o centro dos debates em questões ambientais.

Palavras-Chave: Relações Internacionais, Amazônia, bibliometria.

ABSTRACT

The international relations field of study covers themes from different actors, which reach transnational or supranational levels. One of these themes is the Amazon, which is considered a biome rich in diversity, but faces many issues that cross its borders. This research aims to analyze how international relations scientific publications address the theme "Amazon and IRs" in the Brazilian academic perspective in research articles and relate them to the overall global environmental policy (GEP). The methodology used is the bibliometric study, with the purpose of analyzing the contribution of scientific knowledge derived from publications in relation to this set - Amazonia, international relations and GEP. Thus, the conclusion observed is that there is no predominant view on the Amazon in the analytical field of IRs in Brazil, but this theme is studied in its multidisciplinary form. Finally we analyze the importance of bringing the global South to the center of debates on environmental issues.

Key-Words: International Relations, Amazon, bibliometrics.

Índice de figuras, tabelas e gráficos

Figura 1 - Mapa do Território do Bioma Amazônico

Figura 2 - Ilustração metodológica

Figura 3 – Nuvem de Palavras-chave dos sessenta e sete artigos

Figura 4 – Nuvem de palavras dos títulos e resumos do total de artigos

Figura 5 – Nuvem de palavras dos títulos e resumos dos oito artigos

Figura 6 – Nuvem de Palavras-chave dos oito artigos

Figura 7 – Publicação das Universidades dos oito artigos

Figura 8 – Publicação das Universidades dos sessenta e sete artigos

Tabela 1 - Resultado da comparação de Chadegani et al (2015)

Tabela 2 - Passos da Análise Bibliométrica

Tabela 3 – Estruturação das categorias e revistas

Tabela 4 – Totalidade de categorias, revistas e artigos para a análise

Tabela 5 - Publicação por ano das Revistas.

Gráfico 1 - Distribuição de documentos por área (SciELO)

Gráfico 2 - Distribuição de documentos por tipo (SciELO)

Gráfico 3 - Distribuição dos documentos pelos anos de publicação (SciELO)

Gráfico 4 - Quantidade de publicações por ano

Lista de Abreviações

ACTO- Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia

A&HCI - Arts & Humanities Citation Index

ANPPAS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade

ASDI- Agência Sueca para o Desenvolvimento de Cooperação Internacional

BIREME/OPS/OMS - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde

BPSR- Brazilian Political Science Review

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPEF- Centro de Pesquisas Florestal

CNPQ - Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPCI-S - Conference Proceedings Citation Index- Science

CPCI-SSH - Conference Proceedings Citation Index - Social Science & Humanities

DCFL- Departamento de Ciências Florestais

FAP - Fundação de Apoio a Pesquisa

FAP-DF - Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

GEG – Global Environmental Governance

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ID – Identificador Único

IDRC- International Development Research Centre

PAG – Política Ambiental Global

PNMC – Plano Nacional sobre as Mudanças Climáticas

PPGEF – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal

PUC – RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC - RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RBPI – Revista Brasileira de Política Internacional

RIs - Relações Internacionais

SCIELO - Scientific Eletronic Library Online

SCI-EXPANDED - Science Citation Index Expanded

SSCI - Social Sciences Citation Index

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

WoS - Web of Science

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
Índice de figuras, tabelas e gráficos	viii
Lista de Abreviações	ix
1. Introdução	1
2. Contextualização	4
3. Método de Pesquisa	11
3.1 Bibliometria	11
3.1.1 Base de dados	14
4. Parâmetros da Pesquisa	20
5. Amazônia e as Relações Internacionais	26
5.1 Compilado de artigos por área e publicação	26
5.2 Compilado de artigos por ano	30
5.3 Compilado dos artigos por idioma e países	34
5.4 Análise das publicações por temas e áreas	34
5.5 Análise dos artigos por instituições	40
5.6 Política Ambiental Global	41
6. Considerações finais	46
7. Referências Bibliográficas	49

1. Introdução

A Amazônia ocupa um lugar de destaque no cenário internacional e sua importância é reconhecida mundialmente. Há um esforço para conserva-la, pois, a perda da cobertura impacta significativamente a biodiversidade da região e pode agravar as mudanças climáticas. De modo geral, as relações internacionais (RIs), como campo de estudo, analisa situações entre atores de diferentes nacionalidades ou que atingem caráter supranacional ou transnacional. A abordagem das RIs baseada na Amazônia amplia os debates sobre as mudanças climáticas, biodiversidade, defesa e segurança, a divisão da perspectiva acadêmica Norte-Sul e entre outros temas. Já a política ambiental global reflete sobre os desafios contemporâneos socioambientais numa perspectiva global-loca. Neste contexto, “a política ambiental da Amazônia” procura o reconhecimento do Sul global como um local de influência política e coloca em debate a oposição entre Estado e natureza.

Sendo assim, fenômenos, debates e problemáticas que estão inseridos no contexto ambiental são parte da atenção e preocupação das sociedades em escalas de nível nacional e internacional, Tendo em vista, por exemplo, que as alterações climáticas impactam positivamente ou negativamente o mundo inteiro.

Temas que afetam as RIs, no pensamento acadêmico brasileiro, vêm construindo suas raízes há cerca de vinte anos, pois a consolidação do “pensamento brasileiro de RI” se deu partir dos anos de 1990 (LESSA, 2006). A Amazônia é um dos temas de estudo das relações internacionais na academia brasileira, pois o Brasil abriga aproximadamente 60% do bioma. Entretanto, é um bioma de dimensão continental, onde há problemáticas ambientais de importância global, nas quais as transformações podem gerar impactos negativos em escala mundial. Sabe-se que o aumento de consumo de produtos primários, em um nível mundial, influencia a economia nacional, sendo assim, impactando diretamente o meio ambiente e as populações locais (CASTRO e FUTEMMA, 2015).

O Brasil está entre os países com maior quantidade de emissões de gases de efeito estufa, a maior parte deste efeito, no caso brasileiro, por conta do desmatamento da Amazônia e do cerrado. Mesmo que haja uma busca para solucionar e alterar esta posição, o atual modelo de desenvolvimento econômico

brasileiro, que tem como pilares a expansão do agronegócio e da extração mineral, exerce pressão sobre estes biomas.

Os debates que cernem esse cenário são acalorados e muitas vezes colocam “ambientalistas” versus “desenvolvimentistas”, que pode ser considerado como um padrão simplista. Os avanços na política ambiental brasileira, muitas vezes, deriva de pressões políticas externas, de movimentos sociais e de ambientalistas. Um dos avanços que é importante salientar é a Política Nacional sobre as Mudanças Climáticas (PNMC). A PNMC prevê a elaboração e implementação de planos para a prevenção e controle do desmatamento por bioma, para a mitigação de emissões setoriais, bem como um plano nacional de adaptação climática. Entretanto, a atual tendência da política governamental tem transformado os avanços de períodos anteriores, baseada em argumentos de proteção da soberania e autonomia no uso dos recursos naturais, em retrocessos. Estes declínios indicam que o país caminha em direção oposta ao que se almeja pela agenda 2030 (SEIXAS et al, 2020).

Como dito anteriormente, o campo das relações internacionais é um domínio amplo e abrange diversas áreas e temas, tais como política, economia, ciências ambientais, segurança, dentre outros. Um dos temas de pesquisa que é relevante ser explorado é sobre o bioma amazônico, tendo em vista que, a floresta amazônica faz parte do território de oito países, e abrange aproximadamente 59% do território brasileiro, no qual é denominada como “Amazônia Legal”. Assim como o campo de estudos de Relações Internacionais é abrangente, sabe-se que há diversos temas que podem ser tratados em relação a Amazônia e as RIs. Este trabalho tem como objetivo analisar a questão: “De que forma a produção científica brasileira das RIs aborda o tema “Amazônia e Relações Internacionais por meio de artigos científicos?”.

Diante disto, será observado, por meio do método bibliométrico, se há uma visão predominante sobre a Amazônia no campo das relações internacionais no Brasil e quais os assuntos mais prevalentes dentro deste conjunto, bem como esta produção acadêmica se relaciona com o debate sobre política ambiental global. Utilizamos o método bibliométrico para facilitar a investigação do nosso objeto de estudo – Amazônia e as RIs – pois este método dá a possibilidade de mensurar a contribuição dos conhecimentos científicos voltados à área escolhida

Este estudo será construído em três passos principais. O primeiro consiste no levantamento de compilado de artigos produzidos no campo das RIs sobre o tema Amazônia e Relações Internacionais, tendo como critério os artigos científicos de revistas acadêmicas brasileiras achadas na base de dados. Este recorte foi escolhido considerando as características da base de dados escolhida para a pesquisa e o tempo reduzido que detenho para realizar a monografia pois o semestre letivo foi menor por conta da pandemia de Covid-19. Como consequência deste recorte, materiais como teses, dissertações e outros tipos de documentos, como editoriais, sobre o tema não foram analisados. Após os resultados deste primeiro passo, mas seguindo a mesma linha, o segundo tópico abordará as publicações brasileiras no que tange ao tema, e por fim, será observada e explanada a relação deste material com políticas ambientais globais.

Seguindo o método, avaliaremos a hipótese de que há assuntos predominantes nas abordagens de relações internacionais para a Amazônia e observar como elas são expostas na produção acadêmica por meio de artigos científicos - se são em temas específicos ou em assuntos multidisciplinares - bem como ressaltar a importância de trazer o Sul global para o centro nas questões e tomadas de decisões sobre temas da política ambiental global.

2. Contextualização

Esta monografia aborda os temas Relações Internacionais, Amazônia e a Política Ambiental Global a partir do viés acadêmico brasileiro. O objetivo inicial é de interligar e correlacionar estes temas, que são de suma importância, pois o Brasil detém uma significativa parcela de recursos naturais, bem como a maior parte do bioma amazônico, que podem ser estudados com diversos enfoques. Assim, nesta monografia, o enfoque será conhecer a visão acadêmica brasileira das RIs sobre a Amazônia.

As relações internacionais (RIs) começou a emergir e se consolidar como uma ciência através de adventos marcantes, tais como a Grande Guerra (1914-1918), a crise econômica de 1929, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o cenário da Guerra Fria (1945-1991). Com estes importantes acontecimentos, a evolução do campo das RIs se fez necessária para a adaptação diante dos contextos em que estava sendo inserida, principalmente se levar em conta que as diferentes conjunturas fizeram com que o campo analítico das RIs herdasse os pensamentos políticos, sociológicos, históricos e filosóficos destes adventos (ARRAES e GEHRE, 2013).

As relações internacionais, como disciplina, podem ser definidas de diversas formas, uma delas como derivação da Ciência Política. Neste trabalho, adotarei um conceito mais doméstico e amplo, sem adentrar necessariamente em uma corrente teórica. Neste sentido, as Relações Internacionais são definidas como atividades, contextos, acontecimentos, situações decorrentes das interfaces que ocorrem entre atores de diferentes nacionalidades ou de caráter supranacional ou transnacional. O Campo de estudo das RIs é uma análise ou sistematização das diferentes realidades (MANZUR, 2014).

Em relação ao campo de estudo e ao debate acadêmico das relações internacionais no Brasil, Lessa (2006) indica que temas que afetam as RIs vêm se enraizando há 20 anos, e tendo sua consolidação como um “pensamento brasileiro de RI” a partir dos anos de 1990. O fim da guerra fria e a globalização trouxeram um novo ambiente de reflexão nas RIs, impactando na consolidação dos aparatos epistemológicos e teóricos desta área no Brasil. É importante destacar que os debates que cernem âmbitos internacionais ganharam novas formas, foros e novos atores,

sejam eles organizações não governamentais, sindicatos, federação de empresário de diversos setores e especialmente a diversificação das redes acadêmicas.

Ainda de acordo com Lessa (2006), a distribuição de cursos autorizados no Brasil na graduação de relações internacionais é bastante desigual: a região Sudeste concentra o maior número de cursos, logo após vêm o Sul e o Centro – Oeste, deixando as regiões Norte e Nordeste com os menores números de graduação nesta área. Isso implica em um desenvolvimento limitado, se colocarmos que nestas duas regiões há muitos problemas que compõem a agenda internacional contemporânea, como por exemplo, preservação ambiental, turismo, segurança e defesa da Amazônia.

Entretanto, o crescimento e surgimento de programas de pesquisa e pós-graduação é uma demonstração de evolução e sofisticação da academia brasileira de RIs, mas também é importante observar que os estudos das relações internacionais que cobrem a agenda internacional e atuação externa do Brasil não se desenvolveram lado a lado, ou seja, no campo de estudo das RIs brasileiras muito dos aparatos teóricos e filosóficos vem de produções estrangeiras, na sua maioria dos Estados Unidos e Europa nos quais, muitas vezes, não abrangem a realidade latino-americana (LESSA; 2006). Sendo assim, acompanhando a evolução da academia brasileira de RIs, explanarei como a tal academia aborda, por meio de artigos científicos, o bioma amazônico.

A Amazônia é um bioma que detêm uma rica biodiversidade. Nela, podem ser encontrados 53 grandes ecossistemas (florestas, savanas, ambientes tipicamente andinos, estepes tropicais, várzeas e áreas inundadas), mais de 600 tipos diferentes de habitat terrestre e de água doce, cerca de 45 mil espécies de plantas e animais vertebrados, e cerca de 10% de toda a diversidade do planeta¹. Sua formação é composta por um conjunto de ecossistemas que envolve a bacia hidrográfica do Rio Amazonas, bem como a floresta amazônica. Esta região inclui territórios pertencentes a nove países Sul-Americanos. O Brasil abrange cerca de 60% da floresta, seguida pelo Peru com 13% e com partes menores na Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

¹ Dados retirados do Ministério do Meio Ambiente – ARPA, 2012. Disponível em: < <http://arpa.mma.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/arpaBiodiversidade.pdf> > Acesso em 22 de abril de 2021

Figura 1: Mapa do território do Bioma Amazônico



Fonte: Amigos da terra – Amazônia Brasileira. Disponível em: <<https://amigosdaterra.org.br/>>. Acesso em 08 de abril de 2021.

Nesta amplitude do bioma amazônico, irei explorar quais os assuntos falados na academia brasileira das RIs por meio de artigos científicos e correlacioná-los com a lente de pesquisa escolhida - a política ambiental global.

A autora Manuela Picq (2016) nos convida a repensar as relações internacionais sobre a Amazônia. De acordo com a autora, a Amazônia é considerada por grande parte do Ocidente como uma localidade “selvagem” e “marginal”, não como um território onde a política mundial ocorre nem influencia a economia global, mas que é determinante para a política externa brasileira, ou seja, é muitas vezes invisível tanto por ser considerada um lugar da natureza, quanto por estar dentro do território denominado Sul global.

Entretanto, pode-se afirmar que a Amazônia não está no centro, mas ela é constitutiva do centro da política internacional. Por exemplo: há fatos extremamente importantes relacionados à Amazônia quando se pensa em RIs que foram esquecidos ou não colocada a devida importância, tais como a rebelião da cabanagem² (1835-

² A revolta da cabanagem correu entre os anos de 1835 e 1840, quando o Império do Brasil vivia em um período regencial. A nomenclatura é por causa dos revoltados que moravam em cabanas às beiras de rios. A guerra aconteceu na antiga província do Grão-Pará que atualmente engloba os estados de

1840) - que contestou a exclusão política, o trabalho forçado e se opôs à monarquia portuguesa e às formas internas do colonialismo sob o império do Brasil, bem como o *boom* da borracha (1879-1945) causada pela demanda da revolução industrial, a qual consolidava a borracha natural em um produto valorizado que alavancou a Amazônia com mais força nas questões globais. Ainda assim, mesmo que este fato seja relativamente conhecido, o apoio aos “Aliados” durante a segunda guerra mundial é menos conhecido. Esses eventos são alguns dos vários possíveis que relacionam adventos que a Amazônia esteve no centro da política internacional. Ou seja, não foi a primeira e nem a última vez que atores globais, nacionais ou regionais precisaram da Amazônia para influenciar a política mundial.

Outro ponto em destaque, ainda de acordo com Picq (2016), é a construção do conhecimento das relações internacionais como um todo, concentrado majoritariamente em um só lugar, mais precisamente no Norte global de língua inglesa. Apesar de a Amazônia ser considerada como “periferia” (debate “centro-periferia”), ela se torna relevante por diversas formas, principalmente no quesito da pluralização das RIs. Em outras palavras, significa trazer a periferia para o centro, decolonizar a disciplina e trazer novas percepções para as correntes críticas, bem como contribuições para entendimentos globais.

Além disso, uma abordagem baseada na Amazônia amplia os debates sobre as mudanças climáticas, biodiversidade e entre outros temas que não podem ser resolvidas exclusivamente com teorias do Norte global, isto é, as RIs da Amazônia mostram como o Norte e o Sul global não são apenas relacionados, mas também indissociáveis. Neste cenário, a política mundial da Amazônia procura o reconhecimento do Sul global como um local de influência política, desafia a antítese entre Estado e natureza nas quais as teorias do Norte global normalmente se baseiam,

Amazonas, Pará, Amapá, Roraima e Rondônia. A revolta era sobre o abandono do governo, tendo como principais reivindicações condições adequadas de trabalho e vida e a independência da província. Esta revolta contou com cabanos, fazendeiros, comerciantes, quilombos, indígenas e entre outros. A Revolta da Cabanagem teve um alcance considerável, pois se espalhou pelos rios Amazonas, Madeira, Tocantins e seus afluentes. Entretanto, em 1840, com a ajuda de mercenários estrangeiros e soldados imperiais, a revolta foi sufocada. A revolta da cabanagem deixou como consequência uma carnificina com mais de trinta mil mortos, dizimando populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas, bem como membros da elite local, além de desorganizar o tráfico de escravos, com multiplicação de quilombos na região.

e por fim, resgata histórias amazônicas do esquecimento e da invisibilidade, podendo modificar os processos hegemônicos da produção de conhecimento no campo das relações internacionais e inspirar novas maneiras de reduzir a divisão Norte-Sul na política ambiental (PICQ, 2016, p. 11-15).

De acordo com Inoue (2016, p. 96-98), a política ambiental global reflete sobre os desafios contemporâneos socioambientais numa perspectiva global-local, e tem como objetivo analisar mecanismos causais e respostas às problemáticas. Estas respostas se dão a partir da formulação de arranjos de governança, que envolvem atores estatais e não estatais. A governança ambiental global consiste em arranjos institucionais – que se configuram em regimes internacionais estabelecidos entre estados nacionais, conjunto de normas, regras e práticas de ação formal e informal – e redes de atores, que se formam na busca de solução das questões socioambientais. Além disso, reflexões sobre poder, democracia e justiça socioambiental e planetária, as distribuições desiguais dos danos ambientais, os impactos socioambientais da expansão do capitalismo e a falta de reconhecimento das populações marginalizadas fazem parte da agenda de pesquisa da governança ambiental global.

Nesse sentido, pode-se considerar, por exemplo, a governança climática como fragmentada e que ocorre em múltiplas escalas, sendo necessário se atentar as relações de poder, ou seja, à natureza complexa dos problemas de governança da mudança climática (INOUE, 2016. p. 113). Neste conjunto, a governança climática é de suma importância ao Brasil, tendo em vista que o país é uma grande potência nestes debates e que suas ações têm impacto no controle das problemáticas deste meio, entretanto é necessário desenvolver uma boa governança para que este fenômeno ocorra. Além disso, o país está entre os maiores emissores de gases de efeito estufa, e essa colocação está diretamente ligada ao desmatamento da Amazônia. Por este motivo analisaremos o conjunto inteiro – Amazônia, RIs e PAG – com o intuito de encontrar caminhos que nos levem a analisar soluções de tais problemáticas. O texto de Inoue (2016) nos clareia uma de nossas percepções para utilizar a política ambiental global nesta análise:

(...) a análise reflete considerações normativas, como o reconhecimento da urgência do problema, o descompasso entre a ciência e o processo político e a necessidade de participação de múltiplos atores nesse processo. Quanto ao conteúdo das normas e regras, esse deve refletir

princípios globais já consagrados, como sustentabilidade, equidade, democracia e transparência, bem como princípios a serem desenvolvidos e negociados, que interrompam o processo de transgressão dos limites planetários e levem a sociedades sustentáveis e pós materialistas. (INOUE, 2016. p. 114)

No Brasil, a governança ambiental sofreu grandes transformações nos últimos trinta anos. A Constituição Federal de 1988 foi um avanço de qualidade na institucionalização da problemática socioambiental pois inclui um capítulo sobre o meio ambiente. Entretanto, até hoje, o cumprimento de regras formais tem sido impraticado em sua completude. Um exemplo é o art. 226, § 2º, da Constituição Federal³, segundo o qual “aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei”, enquanto na prática a expansão da mineração na Amazônia tem sido acompanhada pelo aumento do desmatamento⁴.

Outro exemplo é o ocorrido em 2018: a empresa Hydro, uma das maiores mineradoras do mundo, que se dedica à produção de alumínio na Amazônia brasileira, foi responsável por um vazamento de rejeitos tóxicos que vitimou gravemente o município de Barcarena - Pará. A mineradora, que é controlada pelo governo norueguês, negou o vazamento e as irregularidades, mas logo após a descoberta de um ducto "clandestino", em nota admitiu a existência do canal e esperou laudo oficial brasileiro, que resultou em multa pelo IBAMA. Entretanto, a indenização à população local e a recuperação do ambiente degradado não foram ressarcidos, somando assim débitos de mais de 17 milhões de reais por contaminação de rios de região⁵.

Dois eventos internacionais são bastante importantes para se pensar na política ambiental brasileira, são eles, a Rio 92 e a Rio +20, pois o Brasil exerceu um papel chave de anfitrião e organizador. Estes dois eventos foram Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, que buscaram discutir e solucionar tais problemáticos numa escala mundial (CASTRO e FUTEMMA, 2015).

³ Disponível em: < https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2020/art_225_.asp>. Acesso em 21 de abril de 2021

⁴ Ver, por exemplo, <https://www.oeco.org.br/salada-verde/em-10-anos-mineracao-causou-9-de-desmatamento-na-amazonia/>. Acesso em 25 de abril de 2021

⁵ Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43162472>>. Acesso em: 21 de abril de 2021

De acordo com os autores Castro e Fudemma (2015), o contexto na qual a Rio 92, ou Eco 92, estava inserido era de uma forte mobilização social para elevar a agenda ambiental, direitos humanos, diminuição de desigualdade e pobreza, o qual facilitou para os ativistas brasileiros colocarem em pauta e em evidência as questões socioambientais numa escala global.

Ainda conforme Castro e Fudemma (2015), neste período, houve marcantes avanços, como o aumento de demarcação de terras indígenas e implementação de medidas para o combate ao desmatamento. Entretanto, com o passar do tempo, o Estado ocupou o papel central na governança ambiental, isto é, ocasionou a despolitização do movimento ambiental e sustentável. Apesar do Brasil ser detentor de uma parcela significativa dos recursos naturais mundiais, o Estado tem sido um facilitador para o afrouxamento da legislação ambiental, e dentro deste cenário, foi realizada RIO +20.

A crise econômica em 2012 mudou o viés analítico da ECO 92, que levantava a pauta de crescimento econômico sem degradação ambiental, e na Rio +20, influenciada por novos padrões políticos, houve diminuição da prioridade nas questões ambientais, com maior relevância no engajamento da economia e da inclusão social. Isto revela, então, que o Brasil tem demonstrado um retrocesso no quesito governança ambiental por não conseguir equacionar os três pilares. Para finalizar, os autores trazem uma reflexão sobre a governança ambiental brasileira:

A governança ambiental global, no Brasil, refere-se tanto a uma questão de conservação da natureza como a uma questão de justiça social e de desenvolvimento econômico. Portanto, a compatibilidade entre estes objetivos depende de um modelo que considere esses pilares de maneira conjunta. (CASTRO e FUTEMMA, 2015, p.20)

Conforme explanado, seguirei a minha pesquisa acrescentando duas lentes de pesquisa, a política ambiental global e o Sul global, pois é necessário remodelar algumas posturas nas tomadas de decisões no que tange aos problemas ambientais, pois, se faz necessário trazer a Amazônia para o centro dos debates, e colocar os conhecimentos científicos do Sul-Global em visibilidade, pois é nesta área que se concentra uma significativa parte dos recursos naturais do mundo. Além disso, com os problemas contemporâneos da governança ambiental e a mudança de postura brasileira nos leva a crer que se tem um longo caminho para conseguir equilibrar todas

as problemáticas, tais como desmatamento, mudança do uso do solo as mudanças climáticas e a biodiversidade, dentre outras questões.

3. Método de Pesquisa

3.1 Bibliometria

Este trabalho trata da análise da produção científica brasileira sobre a Amazônia no campo de estudos das relações internacionais por meio de um estudo bibliométrico.

Em uma breve contextualização, este método foi primeiramente denominado como “bibliografia estatística por Hulme (1923), pois se baseia em uma metodologia estatística para mapear produções de conhecimentos científicos. Pritchard, em 1969, foi o primeiro a usar o termo bibliometria, e desenvolveu padrões para mensurar as informações e fazer deste processo um apoio nas tomadas de decisões em determinados campos de análise (CHUEKE e AMATUCCI, 2015).

O termo bibliometria vem sendo utilizado desde meados de 1960 com a finalidade de desenvolver padrões quantitativos, qualitativos, estatísticos, matemáticos, dentre outros, para identificar e analisar o surgimento de temas e conhecimentos em uma disciplina específica. O uso do método bibliométrico não ocorre da mesma forma em todas as pesquisas, isto é, depende do objeto e da finalidade da pesquisa. Ele utiliza fórmulas e conceitos matemáticos para se chegar ao resultado do estudo, mas faz uso de vários tipos diferentes de indicadores (CHUEKE e AMATUCCI, 2015).

Desta maneira, é incorreto afirmar que há um único caminho para este método: a aplicação depende do indicador relacionado à análise. Ainda, não há como afirmar, por exemplo, que a bibliometria é um método que utiliza apenas de palavras-chave para localizar os temas mais abordados durante o período de tempo estudado, pois há vários caminhos que se pode tomar em um estudo bibliométrico, no qual a ordem dos fatores muda o resultado, ou seja, é uma formula maleável que se adapta ao objetivo da pesquisa realizada.

Estes diferentes caminhos que podem ser utilizados para o desenvolvimento de um estudo bibliométrico possuem distintas finalidades. É possível começar um estudo bibliométrico a partir de uma série de indicadores, tais como: títulos, idiomas, palavras-chaves, autores, citações, bibliografias, a depender do que se analisará e quais são os objetivos da pesquisa. (SOARES et al, 2016; RIBEIRO, 2017).

O desenvolvimento geral deste método é baseado na elaboração e aplicação das seguintes Leis Empíricas:

- Lei de Produtividade de Autores (LOTKA, 1926, *apud* RIBEIRO, 2017), que, resumidamente, é o cálculo da produtividade dos pesquisadores em suas distintas disciplinas. Este cálculo é formulado através de um modelo de distribuição tamanho-frequência dos pesquisadores em um conjunto de publicações, como artigos, e analisa em que partes os diferentes autores contribuem para o aperfeiçoamento da ciência.
- Lei de Dispersão de Periódicos (Bradford,1934, *apud* RIBEIRO, 2017), que consiste na aferição da produtividade dos periódicos. Em outras palavras, é utilizada para o aperfeiçoamento de políticas de alcance e de rejeição de revistas, pois este cálculo possibilita conferir a abrangência de determinada área bibliográfica e toda e qualquer fração específica da bibliografia de um modo geral.
- Lei de Frequência das Palavras (ZIPF, 1949, *apud* RIBEIRO, 2017), que representa a mensuração da assiduidade das palavras nos documentos, ordenando os termos de uma temática específica.

Ou seja, o estudo bibliométrico vem da necessidade de pautar as produções científicas publicadas, pois há uma preocupação sobre a estrutura intelectual das produções acadêmicas. Este processo também é importante para compreender as contribuições geradas em uma determinada área de pesquisa, para então colaborar com novas ideias e parâmetros relevantes para tal campo de pesquisa.

Com a tecnologia mais avançada e proliferação das informações, a metodologia destacada consegue um alcance cada vez maior. Os autores Anyi, Zainab e Anuar (2009) apresentam algumas áreas no qual o estudo bibliométrico é bastante explorado, como o campo da biblioteconomia. Apesar do contexto do artigo ser bem específico, as divisões das áreas estão correlacionadas com os crescentes e

atuais âmbitos que são analisados pela metodologia bibliométrica. No texto, os 82 estudos bibliométricos analisados formaram e se dividiram em quatro grandes temas, que são eles: áreas da saúde; ciência e tecnologia; biblioteconomia e ciência da informação e, por fim, artes, humanidades e ciências sociais. Os resultados apontaram para um crescimento contínuo de trabalhos publicados em todas as áreas relacionadas.

Com a disseminação das facilidades tecnológicas e os avanços relacionados ao método bibliométrico, o meio acadêmico lançou um olhar especial sobre essa vertente, a qual vem ganhando espaço e popularidade neste meio. Em uma pesquisa rápida nos periódicos brasileiros (inclusive em alguns textos já apresentados neste trabalho (CHUEKE e AMATUCCI, 2015), é possível notar os crescentes estudos bibliométricos em áreas como engenharia (SOARES. et al, 2016), nutrição (DE SOUZA et al, 2017), ciência da informação e biblioteconomia (ALENCAR e OLIVEIRA, 2017) dentre outros, além das áreas já citadas no parágrafo anterior. No campo de relações internacionais, já há alguns trabalhos que utilizam o método bibliométrico, como por exemplo, o artigo da revista de negócios internacionais dos autores Chueke e Amatucci (2015), que fazem um explanado geral sobre o que é a bibliometria e mostram a relevância de tal método.

Para uma visualização da metodologia adotada, os autores De Sousa, Alcântara e Piatto (2017) elaboraram uma figura (Figura 1) que define o passo a passo estruturado da análise bibliométrica, a qual é utilizada para a análise realizada neste trabalho. Neste capítulo sobre o método, são apresentados os dois primeiros passos. Os passos três, quatro e cinco serão descritos no capítulo quatro.

Figura 2 – Ilustração metodológica:



Fonte: De Sousa, Alcântara e Piato (2017, p. 4).

3.1.1 Base de dados

As principais finalidades das bases de dados são relacionadas às três leis bibliométricas, que foram apresentadas por Ribeiro (2017) e explicadas na seção anterior: Lei de Produtividade de Autores, a Lei de Dispersão de Periódicos e a Lei de Frequência das Palavras. Ou seja, estão interligadas e analisam a produtividade dos autores, dos periódicos e a assiduidade das palavras nos documentos. Estas bases servem para dar uma maior visibilidade para a produção científica, e, atualmente, servem como tendência mundial de medição e a avaliação de periódicos científicos. Seguindo esta visão, algumas bases de dados ganharam destaque, entre elas, pode-se abordar: Web of Science, Scopus e SCIELO. (PIMENTA et al, 2017).

A Web of Science (WoS)⁶ de Thomson Reuters, atualmente mantida pela Clarivate Analytics, é uma das bases de dados mais importantes, pois se consagrou como a maior base durante quarenta anos. Por meio da Web of Science estão disponíveis mais de 12.000 periódicos, além de ferramentas para análise de citações,

⁶ Disponível em:

<<http://login.webofknowledge.com/error/Error?Error=IPError&PathInfo=%2F&RouterURL=http%3A%2F%2Fwww.webofknowledge.com%2F&Domain=.webofknowledge.com&Src=IP&Alias=WOK5>>. Acesso em 16 de março de 2021.

referências e também o índice H, ou “H-index”, que é a quantificação da produtividade e dos resultados dos pesquisadores, embasando-se nos seus artigos mais citados.

A WoS foi idealizada primordialmente como uma base de citação, ou seja, possibilita, além da pesquisa convencional por artigos, a ligação entre os artigos que citam outros ou são citados por outros. Com os aperfeiçoamentos realizados ao longo do tempo, se tornou uma base multidisciplinar. De acordo com o site oficial da CAPES⁷ (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o WoS, contém cinco coleções principais, que são elas: Science Citation Index Expanded (SCI-EXPANDED) - com disponibilidade de acesso desde 1945 até o presente; Social Sciences Citation Index (SSCI) - com disponibilidade de acesso desde 1956 até o presente; Arts & Humanities Citation Index (A&HCI) - com disponibilidade de acesso desde 1975 até o presente; Conference Proceedings Citation Index- Science (CPCI-S) - com disponibilidade de acesso desde 1991 até o presente, e Conference Proceedings Citation Index - Social Science & Humanities (CPCI-SSH) - com disponibilidade de acesso desde 1991 até o presente (LOPES et al, 2012)

Em suma, as principais vantagens do Web of Science são um grande número de registros de publicações acadêmicas, incluindo conferências, monografias, revistas, entre outros, uma cobertura temporal desde meados de 1900 até o presente, ligação entre as citações e o fato de ter sido a primeira base a inserir em suas ferramentas o “H-index”.

As desvantagens dessa base estão relacionadas a poucos periódicos em acesso aberto (gratuito). Além disso, há maior quantidade de fontes nas áreas das ciências naturais, deixando com menos conteúdo demais áreas como, por exemplo, artes e humanidades.

Em 2004, veio ao mercado a base de dados Scopus pela editora Elsevier. Diferente da WoS, a Scopus não foi idealizada por citações. A sua principal função é a pesquisa por autor e assunto, mas também inclui a ferramenta de citações. Atualmente, essa é a maior base de dados bibliotecários, com mais de 18 mil títulos.

⁷ Disponível em: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez54.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 16 de março de 2021.

De acordo com a CAPES⁸, a base indexa títulos acadêmicos revisados por pares, títulos de acesso livre, anais de conferências, publicações comerciais, séries de livros, páginas web de conteúdo científico (reunidos no Scirus) e patentes de escritórios. Dispõe de funcionalidades de apoio à análise de resultados (bibliometria) como identificação de autores e filiações, análise de citações, análise de publicações e índice H. Cobre as áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Físicas e Ciências Sociais, e tem um período de cobertura desde meados de 1823 até o presente.

Uma das suas principais vantagens, similar à Web of Science, é a significativa cobertura de periódicos. Entretanto, a Scopus inclui mais títulos em acesso aberto, contém mais ferramentas para a identificação dos autores, gera automaticamente o H-index e inclui mais idiomas do que o inglês, ou seja, há uma cobertura maior de outras regiões. Por sua vez, suas desvantagens estão relacionadas à cobertura temporal e também ao déficit em específicas áreas como, por exemplo, Artes e Humanidades.

Os autores Chadegani, Salehi, Yunus e Farhadi (2015) trazem comparações qualitativas e quantitativas entre essas duas bases de dados. Os autores analisam em quais aspectos elas se diferem e em quais são similares. O texto é dividido em sete características, sendo elas: proveniência e cobertura, pesquisa e análise de resultados, análise de citação e rastreamento de citação, formação e custos, fatores de impacto, indexação (Índice H) e por fim perfil de pesquisa e ID (o ID é uma ferramenta do pesquisador para solucionar o problema de ambiguidade do autor na comunidade de pesquisa acadêmica - cada membro recebe um identificador único (ID) para permitir que o pesquisador gerencie suas listas de publicação e as rastreie). Os resultados da comparação são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Resultado da comparação de Chadegani et al (2015)

Característica	Web of Science	Scopus
<i>Proveniência e cobertura</i>	Inclui mais de 10.000 periódicos e compreende sete bancos de dados de citações diferentes, incluindo diferentes informações coletadas de	Cobre mais de 49 milhões de registros, incluindo publicações comerciais, periódicos de acesso aberto e livros. Quase 80% desses registros incluem resumo.

⁸ Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=63>. Acesso em 16 de março de 2021.

Característica	Web of Science	Scopus
	<p>periódicos, conferências, relatórios, livros e séries de livros.</p> <p>Como o WS é o banco de dados de citações mais antigo, ele tem forte cobertura com dados de citações e dados bibliográficos que remontam a 1900.</p>	<p>Contém 20.500 periódicos revisados por pares.</p> <p>A base oferece o recurso de classificação e refinamento para pesquisadores acessarem mais de 27 milhões de citações e resumos desde 1960.</p>
<i>Pesquisa e análise de resultados</i>	<p>As opções de pesquisa em ambos os bancos de dados são Standard Basic e Advanced</p> <p>Ambos os bancos de dados classificam os resultados por parâmetros como: primeiro autor, citação, relevância e etc.</p> <p>Os resultados refinados em ambos os bancos de dados permitem ao usuário limitar ou excluir os resultados por autor, fonte, ano, área temática, tipo de documento, instituições, países, agências de financiamento e idiomas.</p> <p>Os resultados podem ser impressos, enviados por e-mail ou exportados para uma citação gerente.</p> <p>Ambos os bancos de dados fornecem aos usuários a capacidade de definir um perfil para configurações pessoais e gerenciar suas pesquisas e alertas salvos em uma única guia.</p> <p>Entretanto, a WoS é capaz de criar histogramas e classificações de acordo com diferentes parâmetros. Este recurso é uma ferramenta mais forte do que a disponível em Scopus.</p>	
<i>Análise e rastreamento de citação</i>	<p>Analisa as citações por tipo de documento, autor, agência de financiamento, país, nome da organização, idioma, número da bolsa, ano de publicação e título da pesquisa.</p>	<p>Semelhante ao WoS em relação as características ao lado.</p> <p>A visão geral da citação do Scopus tem diferencial com a opção de excluir a autocitação com índice h em formato de gráfico.</p>
<i>Formação e custos</i>	<p>A comparação de custos entre WOS e Scopus é extremamente difícil porque as informações sobre seus custos são muito próximas.</p> <p>Em relação a formação e formato, os autores acreditam que a Scopus atrai mais pesquisadores, pois, é fácil de ler porque as fontes e cores fornecem bom contraste e isto o torna menos confuso.</p>	
<i>Fatores de impacto (FI)</i>	<p>Anualmente publicam e analisam os FI de periódicos indexados.</p>	<p>Registra as informações sobre citações de periódicos, mas não relata FI de periódicos indexados.</p>
<i>Indexação (Índice H)</i>	<p>Os resultados mostram que não há diferença nesta ferramenta. Em ambas as bases, as ferramentas se encontram compatíveis.</p>	
<i>Perfil de pesquisa e ID</i>	<p>Distingue o autor, afiliação, assunto e periódicos para classificar variações do mesmo autor.</p> <p><i>The Distinct Author Set</i> é uma ferramenta para mostrar vários artigos escritos por um autor. Ela analisa os dados de citação, como periódicos e áreas temáticas para</p>	<p>Distingue o autor, afiliação, assunto e periódicos para classificar variações do mesmo autor.</p> <p>O <i>Scopus Author Identifier (AI)</i> corresponde ao autor e nomes de acordo com sua afiliação, título da fonte, área temática, endereço e coautores, esta ferramenta é mais</p>

Característica	Web of Science	Scopus
	desenvolver o conjunto distinto de autores.	precisa do que a ferramenta utilizada pela WOS.

Fonte: CHADEGANI et al (2015), com elaboração própria pela autora.

De acordo com os autores, este é um debate que vêm crescendo, e que, cada vez mais, essas bases de dados se aprimoram. Entretanto, uma das conclusões dos autores é que apesar do Scopus ter uma média de 20% de periódicos a mais do que WoS, as publicações são recentes, em outras palavras, trabalha com menor cobertura temporal. Ambas as bases detêm ferramentas sofisticadas que auxiliam na pesquisa, como por exemplo, ordenar os resultados por parâmetros como citação, autor, etc.

Por sua vez, a SciELO (Scientific Eletronic Library Online)⁹ é uma base de dados científicos que nasceu de iniciativa brasileira de um programa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em conjunto com o CNPq (Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico) com cooperação técnica do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPS/OMS) tendo a execução institucional da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) por meio da Fundação de Apoio a Pesquisa (FAP). Atualmente, 15 países (África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, México, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai) participam desta rede de cooperação acadêmica.

A Metodologia SciELO é um arranjo de um conjunto de políticas e ferramentas à publicação eletrônica, diretrizes, normas, bem como a avaliação e seleção de periódicos para a permanência nas coleções. De acordo com o site oficial, esta base de dados opera sob três princípios, sendo eles:

Primeiro, o conceito do conhecimento científico como bem público global; segundo, o trabalho em rede como meio de maximizar a escalabilidade em termos custo-efetividade e adoção do estado da arte em edição científica, cooperação e gestão das assimetrias entre coleções, áreas temáticas e periódicos; e, terceiro, o controle de qualidade, obediência aos padrões, boas práticas e inovações da comunicação científica. (SCIELO, 2020. p. 5.)¹⁰

⁹ Disponível em: < <https://scielo.org/> >. Acesso em 16 de março de 2021.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.scielo.br/avaliacao/20200500%20Critérios%20SciELO%20Brasil.pdf>>. Acesso em 17 de março de 2021.

A plataforma de dados da SciELO é constituída pelas seguintes temáticas de estudos: Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas, Engenharia, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Multidisciplinar. Entre elas, há cerca de mil títulos de periódicos de 15 países que publicam atualmente mais de 40 mil artigos ao ano com uma periodicidade desde meados de 1909 até os dias de hoje.

Comparando a SciELO com as outras bases de dados, ela abrange mais publicações com idiomas diferentes, coloca em evidência publicações latino americanas, e continua em aprimoramento. Os recursos de filtros de pesquisa, ainda são menores do que a WoS e a SCOPUS, entretanto a SciELO tem uma parceria com a Web of Science, chamada *SciELO Citation Index* (SciELO CI), que compartilha o layout da WoS e eleva as publicações em modelo internacional, ganhando assim um maior alcance. Esta ferramenta será abordada mais profundamente no próximo tópico.

Em suma, pode-se concluir que a escolha entre uma ou mais bases de dados depende da área e do objeto de pesquisa, ou seja, não há uma definição de “melhor” ou “pior”, não há um ganhador na comparação, mas, há uma exploração e análise de qual data base é mais adequada para alcançar o objetivo da pesquisa a ser realizada.

Considerando o desenvolvimento do campo de estudos de RI no Brasil nos últimos 20 anos, apontados por Lessa (2006) e o desenvolvimento da posição do Brasil em PAG em período semelhante (RIO 92 e RIO +20), há a possibilidade de fazer levantamento sobre a produção acadêmica e verificar quais temas prevalecem e a relação de tais temas com a Política Ambiental Global.

4. Parâmetros da Pesquisa

Nesta seção são abordados os critérios e os fundamentos que dão as diretrizes para a presente análise bibliométrica sobre os temas Amazônia e Relações Internacionais no Brasil.

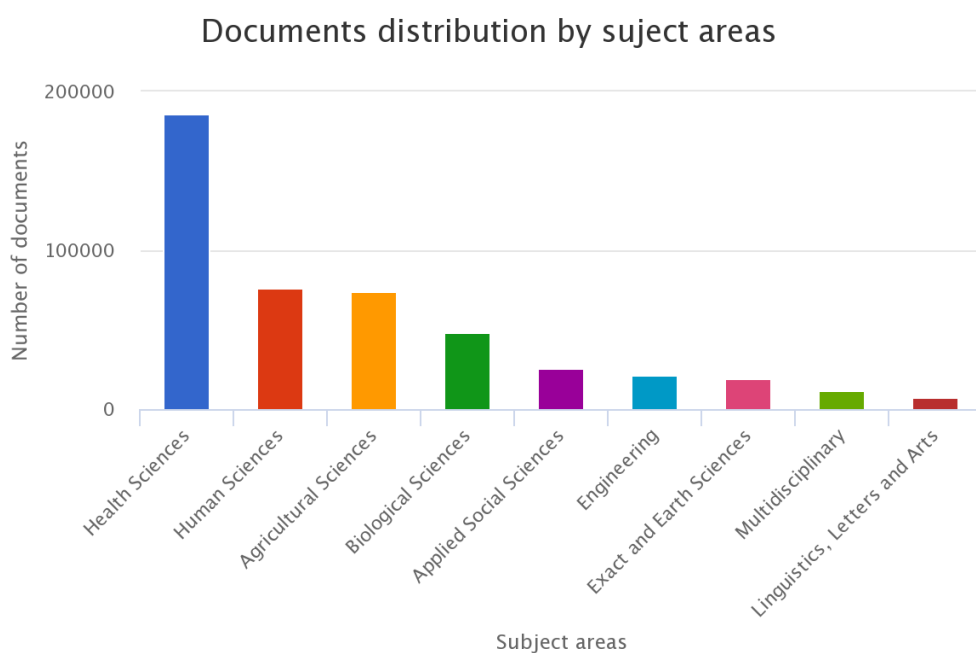
Este estudo será construído em três passos principais. A primeira consiste no compilado de artigos produzidos no campo das RIs sobre o tema Amazônia, no qual se pretende ter um panorama para contextualização mais ampla. Seguindo esta mesma linha, o segundo tópico abordará as publicações brasileiras no que tange ao tema, e por fim, será observado e explanado material relacionado a políticas ambientais globais.

Um dos fatores principais desta análise é a escolha da coleta de informação que constituirá no estudo bibliométrico. Partindo do princípio que o tema será abordado pela perspectiva brasileira e levando em consideração o nosso limite geográfico, a mais adequada para a proposta da pesquisa é a base de dados denominada de Scientific Electronic Library Online - SciELO.

A seguir, para uma melhor visualização das informações apresentadas sobre a base de dados Scientific Electronic Library Online, irei abordar três gráficos que se tornam essenciais para situar os parâmetros técnicos nos quais esta pesquisa está inserida. O primeiro gráfico está relacionado ao total de periódicos publicados por áreas (Gráfico 1). Vale ressaltar que um documento pode se encaixar em mais de uma área de estudo, sendo assim, a somatória de documentos apresentados neste gráfico não pode ser considerada como o total de publicações da coleção.

O gráfico a seguir (Gráfico 2) está relacionado aos tipos de distribuição dos periódicos. Somente estão nesta tabela aqueles cujos tipos de documentos são regularmente usados no SciELO Citation Index – se trata de uma parceria entre a WoS e a SciELO, cujo compartilha a interface do WoS, ou seja, possibilita que a Scielo CI acesse as funções, recursos e a navegabilidade de um modo geral na base WoS, e documentados no SciELO Publishing Schema – as regras e especificações adotadas pela SciELO.

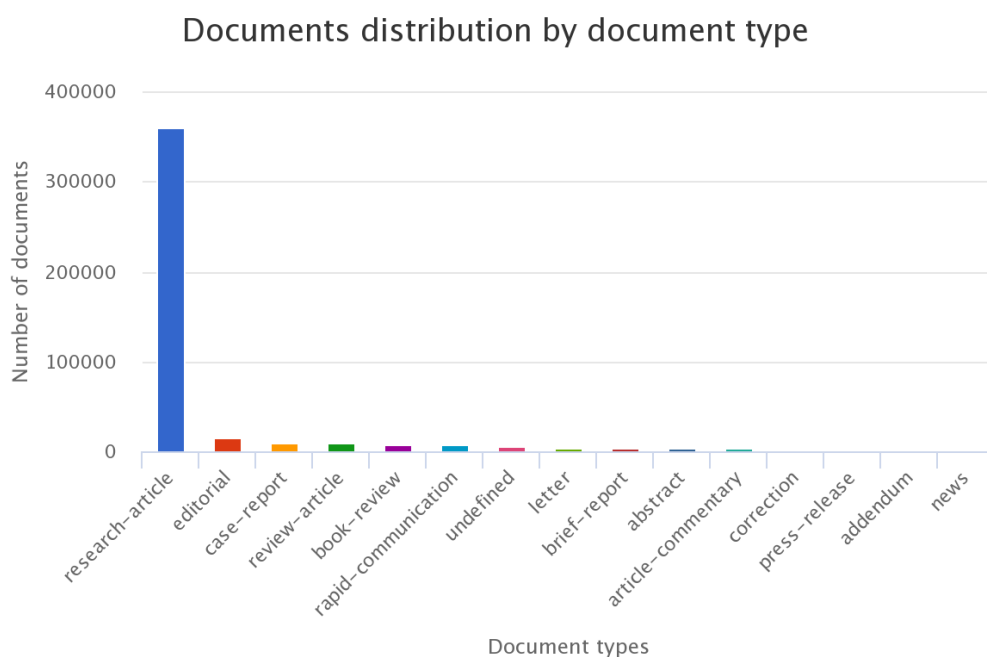
Gráfico 1 - Distribuição de documentos por áreas



Source: SciELO.org

Fonte: Scielo.org, 2020. Disponível em: < <https://analytics.scielo.org/w/publication/article>>. Acesso em 18 de março de 2021

Gráfico 2: Distribuição de documentos por tipo

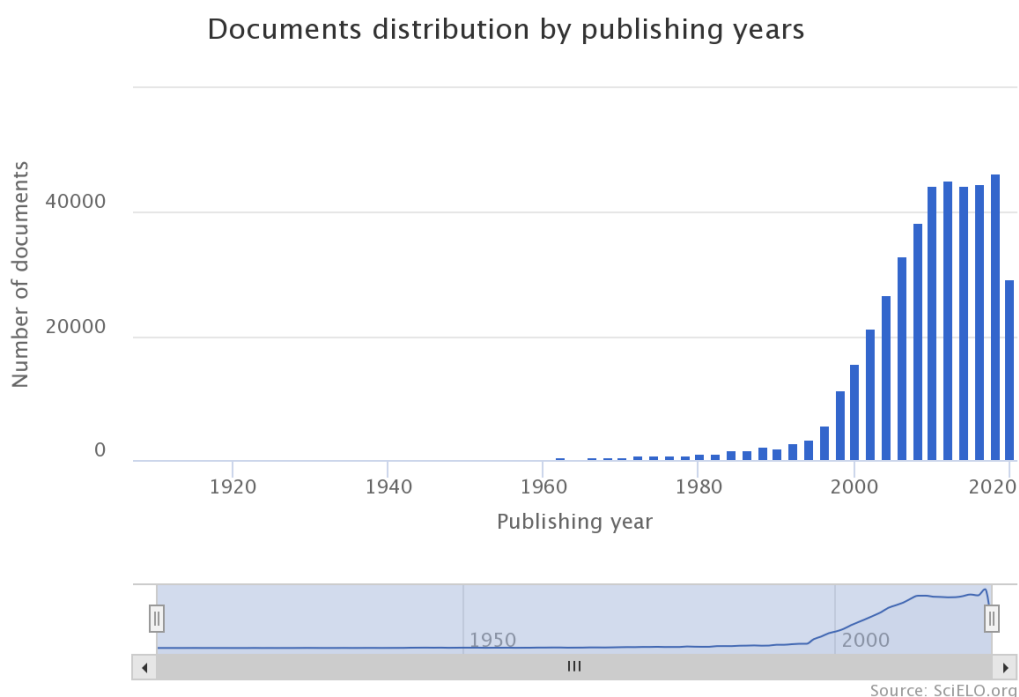


Source: SciELO.org

Fonte: Scielo.org, 2020. Disponível em: < <https://analytics.scielo.org/w/publication/article>>. Acesso em 18 de março de 2021.

Por fim, o terceiro gráfico (Gráfico 3) é a mensuração da quantidade de documentos que são publicados anualmente, o qual traz a relevância de analisar a cobertura temporal que a presente monografia está inserida, tendo em vista, que é a partir da década de 1970 que ocorrem eventos relevantes para o desenvolvimento da Política Ambiental Global, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo no ano de 1972, a publicação do Relatório Brundtland em 1987 e a realização da Eco 92 em 1992.

Gráfico 3: Distribuição dos documentos pelos anos de publicação:



Fonte: SciELO.org, 2020. Disponível em: < <https://analytics.scielo.org/w/publication/article>>. Acesso em 18 de março de 2021.

Estas informações mostram a linha de pensamento da monografia no que tange ao compilado de assuntos, os tipos de publicação que a base contém, e nos dão a referência da capacidade e da limitação da análise. Outro fator importante é o limite temporal que a SCIELO nos propõe, tendo em vista que, houve um aumento de publicações a partir de 1980, e no cenário das questões ambientais, é a partir desta temporalidade que houve eventos e fatos chaves, tais como, a ECO 92, que deram a ascensão da agenda ambiental global.

Para o andamento da análise na base de dados escolhemos a ferramenta SciELO Citation Index no Web of Science, que, como anteriormente dito, é uma parceria entre a SciELO e a WoS. A ferramenta oferece algumas vantagens, entre elas destacaremos as que nos levaram a decidir por utilizar a ferramenta. A primeira vantagem é o aumento da visibilidade das produções, ou seja, os artigos em ambas as bases têm as citações contabilizadas em todas as bases que a compõe. Outro fator importante para a nossa análise é a internacionalização das coleções, tendo em vista que a integração das citações amplia a nossa leitura. Além das características da base de dados e do tempo reduzido, como explanado na introdução, a interface compartilhada propõe uma maior facilidade nos recursos e funções principalmente para estudos métricos (PACKER, 2014; ALENCAR e OLIVEIRA; 2017).

Diante disto, as palavras chaves utilizadas foram: Amazônia “and” Amazon*. Outras palavras chaves não foram utilizadas na pesquisa, pois os filtros desta ferramenta já nos deram a limitação que precisávamos. O operador booleano “and” é para que a pesquisa encontre um termo e outro, ou seja, mostrando todos os resultados que uma das duas palavras ou as duas estejam na publicação. O “*” na palavra Amazon é para o caso de haver mais de uma forma de escrita da palavra ou que esteja ligada a esses caracteres, de maneira que pesquisa abarque todo este conjunto.

Nesta pesquisa, sem utilizar filtro, foram achados 4.668 registros contando com mais de 20 países, 5 idiomas diferentes (português, espanhol, inglês, francês e alemão) e com ascendência de publicação a partir dos anos de 2002.

O passo seguinte foi a escolha dos tipos de documentos. A base de dados aceita vários tipos de documentos, mas por conta do tempo reduzido e para uma menor margem de erro, contando com o tipo de documentos mais publicados na base de dados selecionada, escolhemos apenas o *research article* (artigos). Esta escolha também levou em consideração que o tempo para publicação é menor se compararmos com teses e dissertações, além de ter maior representatividade na base de dados escolhida. Sabemos das limitações que esta escolha pode trazer, como o silêncio de outros tipos de públicos e pesquisadores, entretanto por estes fatores chegamos à conclusão que também é de suma relevância fazer esta pesquisa apenas

através dos artigos. Sendo assim, chegamos então em 4.317, o que representa 93% do total e se aproxima ao conjunto da base apresentado no Gráfico 2.

O terceiro passo foi filtrar pelas categorias do SciELO CI relacionadas com o objeto de pesquisa. As escolhidas foram: Environmental Studies (Estudos Ambientais), tendo em vista que a monografia também abrange uma exploração na lente de pesquisa da política ambiental global; Political Science (Ciência Política), esta categoria escolhida por entendermos que as relações internacionais são também compreendidas como ramificação da ciência política; e a última categoria foi International Relations (Relações Internacionais). Neste seguimento foram achadas 254 publicações de mais de 20 países, sendo predominante publicações do Brasil em 3 idiomas (português, espanhol e inglês) com predominância na língua portuguesa e com publicações a partir do ano de 2002.

E, por fim, utilizamos os filtros ‘Coleção do SciELO’ e marcamos apenas SciELO Brasil, por conta do objetivo desta análise de olhar com a perspectiva brasileira das relações internacionais. O resultado final foi de 139 artigos, com 11 países diferentes¹¹, ano de publicação a partir de 2002, 2 idiomas (português e inglês), e as seguintes categorias e respectivos resultados: 120 em Environmental Studies, 17 em Political Science e 2 em International Relations.

As 139 publicações serão utilizadas para elaborar o nosso estudo bibliométrico, tendo em vista que os filtros e os passos estão em concordância com os objetivos da pesquisa de realizar um estudo bibliométrico a respeito da perspectiva acadêmica brasileira sobre a Amazônia e as relações internacionais e sua relação com a política ambiental global.

Em resumo, os dois primeiros passos da análise bibliométrica deste trabalho, tal como apresentados na Figura 1 e com as adaptações necessárias, são descritos na Tabela 2.

Tabela 2: Passos da análise bibliométrica

Passo	Etapas	Descrição
1	Definição do tema e questões da pesquisa	Amazônia e Relações Internacionais

¹¹A aparição de outros países na coleção SciELO Brasil é computada pelo endereço dos autores, não pelo local de publicação.

	Escolha da base de dados	SciELO Citation Index
	Escolha do software bibliométrico	Vosviewer e Excel
2	Definição de critérios de busca	Boleano "AND"
	Definição das palavras-chave	Amazônia e Amazon
	Definição das áreas temáticas	Environmental Studies, Political Science e International Relations
	Definição do tipo de documento	Research Article
	Definição do tipo de publicação	Todos disponíveis na base.
	Definição do idioma	Todos disponíveis na base.

Fonte: elaboração própria pela autora

Por fim, conforme apresentado na Tabela 2, os softwares Vosviewer e Excel serão utilizados para a análise dos 138 artigos encontrados. Alguns textos deste resultado que tratam sobre a governança brasileira nos quesitos ambientais serão apresentados de maneira mais aprofundada na próxima seção deste trabalho.

5. Amazônia e as Relações Internacionais

5.1 Compilado de artigos por área e publicação

No panorama geral, encontramos 139 artigos, divididos em nove revistas, e três categorias. Anexada a categoria International Relations temos apenas a revista Contexto Internacional (2 artigos), na categoria de Political Science temos a Revista de Economia Política ou Brazilian Journal of Political Economy (3 artigos), Brazilian Political Science Review (1 artigo), Civitas- Revista de Ciências Sociais (4 artigos), Revista de Sociologia e Política (2 artigos), Sur- Revista Internacional de Direitos Humanos (1 artigo), Revista Brasileira de Política Internacional (6 artigos) e na categoria de Environmental Studies temos as revistas Ambiente e Sociedade (48 artigos) e Ciência Florestal (72 artigos).

a) Publicações em Relações Internacionais

Marcada na categoria de International Relations no SciELO CI, a Revista Contexto Internacional foi inaugurada em 1985, através do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Atualmente, se consolidou como umas das principais revistas de RIs do Brasil envolvendo importantes fóruns para pesquisas e inovação que desafiam os limites das relações internacionais, principalmente no âmbito dos desafios vividos no Sul Global. Esta revista é publicada em inglês, pois o seu objetivo é conectar pesquisas de diferentes partes do mundo para estudarem e criticarem questões que envolvam o Sul Global, com enfoque em preencher lacunas entre a política e análise teórica, expandido um olhar interdisciplinar sobre as questões e assuntos mundiais.¹²

b) Publicações em Ciência Política

Apesar de aparecer como duas revistas distintas nas publicações da Scielo CI a Revista de Economia Política (2 artigos) e a Brazilian Journal of Political Economy (1 artigo) são duas nomenclaturas para a mesma revista. A preferência de publicação

¹² Dados retirados do Instituto de Relações Internacionais PUC-RJ, Revista Contexto Internacional. Disponível em: < [26](http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=79#:~:text=Contexto%20Internacional%20%C3%A9%20uma%20das%20principais%20revistas%20de%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais%20no%20Brasil.> Acesso em : 03 mai 2021.</p></div><div data-bbox=)

é em inglês, conforme apresentado nas diretrizes para submissão.¹³ Esta revista está associada ao Centro de Economia Política que publica desde 1981, e é uma revista acadêmica que tem como enfoque o desenvolvimento econômico e social e a estabilidade macroeconômica. Atualmente, se consolidou como a revista acadêmica mais citada na área de economia do Brasil.¹⁴

A Brazilian Political Science Review (BPSR) foi lançada em 2007 com o objetivo de fundir trabalhos sobre temas de ciência política e relações internacionais, na intenção de internacionalizar conhecimentos científicos produzidos no Brasil. Atualmente, é a única revista científica brasileira na área de ciência política que tem publicações inteiramente em inglês. Esta revista conta com o apoio e edição da Associação Brasileira de Ciência Política e abrange um amplo campo de pesquisa, seja ele teórico, empírico, transnacional, internacional, quantitativo, qualitativo e entre outros.¹⁵

A Civitas - Revista de Ciências Sociais foi lançada pela Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) no ano de 2001. É um periódico acadêmico com ampla variedade institucional, com artigos avulsos no núcleo temático das ciências sociais, principalmente nas áreas da antropologia, sociologia e ciência política. A revista publica em três idiomas (português, inglês e espanhol), com uma amplitude de autores de outros continentes além da América Latina.¹⁶

A Revista de Sociologia e Política foi criada em fins de 1993 pelo programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esta revista prioriza a pluralidade das divulgações dos resultados de pesquisas de sociólogos e cientistas políticos, majoritariamente em português, e tais publicações são divididas em duas categorias, sendo elas, artigos originais e ensaios bibliográficos. Além disso, os enfoques da

¹³ Ver <https://centrodeeconomiapolitica.org.br/rep/index.php/journal/about/submissions>. Acesso em 15 de maio de 2021.

¹⁴ Dados retirados do Centro de Economia Política. Disponível em: <<https://centrodeeconomiapolitica.org.br/rep/index.php/journal>>. Acesso em 03 de maio 2021

¹⁵ Dados retirados do site oficial da BPSR. Disponível em: <https://brazilianpoliticalsciencereview.org/about-the-journal/>. Acesso em 03 de maio de 2021

¹⁶ Dados retirados do site oficial da Civitas. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/about>>. Acesso em 03 de maio de 2021

revista estão direcionados à prática política de agentes sociais e, em um sentido mais amplo, são bem-vindas as contribuições das disciplinas das Ciências Humanas.¹⁷

A Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos foi criada em 2004 com o objetivo de aprofundar e fortalecer os vínculos entre acadêmicos e ativistas do Sul Global em direitos humanos. Além disso, ela é responsável pela promoção e divulgação de pesquisas inovadoras em relação a defesa dos direitos humanos e do Sul Global. Atualmente a revista é apoiada pela Fundação Ford, pela *Open Society Foundations*, *Fundação Oak*, *Sigrid Rausing Trust*, *International Development Research Centre* (IDRC) e pela Agência Sueca para o Desenvolvimento de Cooperação Internacional (ASDI), com o intuito de maior visibilidade às publicações. Os idiomas utilizados nas publicações aceitas pela revista são português, espanhol e inglês.¹⁸

Para finalizar as revistas que estão anexadas na categoria de ciência política em nosso conjunto de dados temos a Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI). Entendemos que as RIs como campo de estudo podem ser considerada uma derivação da ciência política, entretanto contrariando a categorização da SciELO CI, a RBPI é a maior revista com especialização em Relações Internacionais da América Latina e considerada uma das mais influentes do Sul Global. A RBPI foi fundada em 1958 no Rio de Janeiro e transferida para Brasília em 1993, começou sendo publicada pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais que foi extinto em 2020, e atualmente é editada pelo Centro de Estudos Globais da Universidade de Brasília, contando com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP-DF. Os seus enfoques principais estão relacionados à diplomacia brasileira, política externa brasileira, inserção internacional do Brasil e debates sobre as relações internacionais contemporâneas incluindo os seus múltiplos panoramas, tais como Política Internacional e Comparada, Análise de Política Externa, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e Política Externa, Economia Política

¹⁷ Dados retirados do site oficial da Revista de Sociologia e Política. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/rsp/about/editorialPolicies#custom-0>. Acesso em 03 de maio de 2021

¹⁸ Dados retirados do site oficial da Sur. Disponível em: <https://sur.conectas.org/sobre/>. Acesso em 03 de maio de 2021.

Internacional e entre outros. As publicações podem ser feitas em português, inglês e espanhol.¹⁹

c) Publicações em Estudos Ambientais

Na categoria de Environmental Studies, temos a Revista Ambiente e Sociedade, fundada em 1997 por pesquisadores das questões de meio ambiente e das ciências sociais. Atualmente, é dirigida pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), que tem enfoque interdisciplinar sobre os temas que abrangem o ambiente e a sociedade, com publicações em três idiomas - português, espanhol e inglês.²⁰

E para finalizar os conhecimentos sobre as revistas, temos a revista de Ciência Florestal, lançada em 1991 pelos órgãos lotados no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria, sendo eles o Centro de Pesquisas Florestal – CEPEF, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal – PPGEF e o Departamento de Ciências Florestais – DCFL. Seu objetivo é publicar trabalhos técnico-científicos relacionadas à área florestal²¹.

Sendo assim, temos a representação das áreas e revistas da seguinte forma:

Tabela 3 – Estruturação das categorias e revistas.

Categoria	Revistas	Artigos
International Relations	Contexto Internacional	2
Political Science	Revista de Economia Política	3
	Brazilian Political Science Review	1
	Civitas- Revista de Ciências Sociais	4
	Revista de Sociologia e Política	2
	Sur- Revista Internacional de Direitos Humanos	1
	Revista Brasileira de Política Internacional	6
Environmental Studies	Ambiente e Sociedade	48

¹⁹ Dados retirados do site oficial da RBPI. Disponível em: < <https://www.ibri-rbpi.org/rbpi>>. Acesso em 03 de maio de 2021.

²⁰ Dados retirados do site oficial da ANPPAS. Disponível em:<<https://anppas.org.br/revista-ambiente-e-sociedade/>>. Acesso em 03 de maio de 2021.

²¹ Dados retirados do site oficial da Revista Ciência Florestal. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/cienciaflorestal/about>>. Acesso em 03 de maio de 2021

Categoria	Revistas	Artigos
	Ciência Florestal	72
Total:	9	139

Fonte: elaboração própria pela autora

Entretanto, após avaliarmos os 72 artigos da revista Ciência Florestal, chegamos à conclusão que, por se tratar de uma revista de conhecimentos técnicos na área florestal, como citado acima, os artigos fogem do objetivo deste trabalho, pois, a maioria das publicações são relacionadas ao solo, engenharia florestal, doutrina estratégica, ambientes micrometeorológicos e entre outra diversidade de assuntos, que nos colocaria em uma curva diferente do projeto da nossa análise.

Portanto, a nossa análise é constituída através de três categorias, oito revistas e um total de sessenta e sete artigos. A tabela a seguir é a totalidade das categorias, revistas e artigos que serão analisados de agora em diante.

Tabela 04 – Totalidade de categorias, revistas e artigos para a análise

Categoria	Revistas	Artigos
International Relations	Contexto Internacional	02
	Revista de Economia Política	03
Political Science	Brazilian Political Science Review	01
	Civitas- Revista de Ciências Sociais	04
	Revista de Sociologia e Política	02
	Sur- Revista Internacional de Direitos Humanos	01
	Revista Brasileira de Política Internacional	06
Environmental Studies	Ambiente e Sociedade	48
Total:	08	67

Fonte: elaboração própria pela autora

5.2 Compilado de artigos por ano

Na tabela a seguir, é mostrada a quantidade de artigos que as revistas publicaram ao longo dos anos de 2002 a 2021. Este processo é importante para destacar e mapear quais os contextos que as publicações estão inseridas e para visualizar a importância dada pelas publicações ao tema da Amazônia e as Relações Internacionais. Observando os anos de publicações dos artigos, é possível analisar

que houve quatro picos de publicações, sendo eles, em 2012 (6 artigos), 2016 (7 artigos), 2018 (6 artigos) e com o maior número de publicações, 2020 (13 artigos).

Este fenômeno é avaliado pelos acontecimentos que marcam a trajetória daqueles anos. Em 2012, alguns exemplos são a realização da RIO +20, recorde de redução de desmatamento e também registrou a maior cheia dos últimos cem anos até aquele presente momento. Em 2016, houve resquícius do El Niño que começou em 2015, houve vazamento de petróleo na parte do bioma amazônico que é localizada no Peru, colocando em emergência 16 comunidades da floresta amazônica por conta da contaminação de um afluente do rio Amazonas, além disso subiu cada vez mais a porcentagem de desmatamento. Em 2018, teve um aumento de 40% no desmatamento quando comparado ao ano anterior, focos de queimadas ilegais e etc. E por fim o ano de 2020, reflete as políticas ambientais implementadas ou revogadas no governo Bolsonaro, uma expansão na visibilidade aos problemas enfrentados com a disseminação de notícias nas redes sociais, e ao recorde de queimadas.

Como pode constatar-se, estes fenômenos nos remetem novamente ao conceito de PAG que utilizamos neste trabalho, pois, é uma reflexão sobre alguns dos tais desafios contemporâneos socioambientais que são analisados no nível de escala global, mas que influenciam fortemente o nível local, além disso, estas conferências e debates analisam as fontes causais bem como as possíveis respostas ao conjunto de problemáticas envolvendo as questões ambientais e os seus atores.

Também é importante ressaltar que este tema de estudo é um campo considerado novo, a maioria das revistas foram lançadas na década de 1990 para frente, com exceção da RBPI, Contexto Internacional e a Revista de Economia Política, e isso reflete sobre os assuntos, bem como, sobre o número de publicações por ano.

Gráfico 04: Quantidades de publicações por ano.



Fonte: elaboração própria pela autora

Tabela 05 – Publicações por ano das Revistas.

Publicação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total geral
Ambiente & Sociedade	2	2	2	1			2	2	2	1	5	1	4	2	3	3	4	1	10	1	48
Brazilian Journal of Political Economy			1																		1
Brazilian Political Science Review																				1	1
Civitas - Revista de Ciências Sociais																	1		3		4
Contexto Internacional										1							1				2
Revista Brasileira de Política Internacional						1		1			1	2			1						6
Revista de Economia Política															2						2
Revista de Sociologia e Política		1													1						2
Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos					1																1
Total geral	2	3	3	1	1	1	2	3	2	2	6	3	4	2	7	3	6	1	13	2	67

Fonte: elaboração própria pela autora

5.3 Compilado dos artigos por idioma e países

Para finalizar o compilado geral dos artigos, abordaremos sobre os idiomas e os países. Apesar da pesquisa estar filtrada pela Coleção SciELO Brasil, outros países como Estados Unidos, França, Equador, Portugal, Suíça, Reino Unido, Costa Rica, Noruega, Alemanha e Japão aparecem listados nesta coleção. A explicação para isso é que, na verdade, se trata do endereço do autor e não do lugar de publicação do artigo, ou seja, há autores estrangeiros, bem como brasileiros residentes em outros países.

Outro ponto que a respeito dos idiomas dos artigos é que a maioria das revistas aceita os idiomas português, espanhol e inglês. Entretanto, nas nossas publicações, foram achadas apenas trabalhos escritos em português e inglês. Dos 67 artigos, 33 são em português e 34 em inglês, com a justificativa de um maior alcance e conexões destas publicações nos campos de estudos globais.

5.4 Análise das publicações por temas e áreas

Analisando agora o conjunto de todas as sessenta e sete publicações, temos 24 palavras-chaves que aparecem em duas ou mais publicações, estas publicações estão sendo analisadas do ano de 2002 a 2021 e são apresentadas na Figura 3. Como pode-se observar, a maioria das palavras chaves que fazem parte da categoria escolhida (em duas ou mais publicações) são a partir dos anos de 2010 em diante. É importante ressaltar que, por motivos de configuração a palavra, “rural development” ficou de fora ao salvar o mapa, entretanto, apareceu na cor amarela, ou seja publicações recentes de 2020 a 2021.

Na revista Contexto Internacional, temos dois assuntos diferentes estudados. O primeiro texto, de Wegner, Fernandes (2018), aborda o investimento estrangeiro de empresas chinesas na região amazônica, especificamente sobre o bioma no Brasil e no Peru, com a previsão de construção de uma rodovia ligando os dois países ao Pacífico. De um modo geral, o objetivo do artigo é sistematizar a presença chinesa em países da Amazônia, analisando os movimentos da China em termos de investimentos.

O segundo artigo, de Aragón (2011), é um estudo sobre a migração internacional na Amazônia, que apresenta o processo de migração internacional na Amazônia e observa a sua importância nos destinos da região. Para auxiliar, o autor abrange investigações realizadas pelo Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ) e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará com o intuito de fazer suas considerações sobre a migração internacional em nível da Grande Região.

Na Revista Brasileira de Política Internacional, os artigos trazem temas como Sul-Global, integração regional, plataforma continental, mudanças climáticas, narcotráfico e entre outros. Um destes artigos - Manuela Picq (2016) - que aparecem nos resultados, já foi abordado na contextualização do nosso trabalho, pois traz temas relevantes como as discussões entre centro e periferia e como as relações internacionais são pensadas a partir da Amazônia.

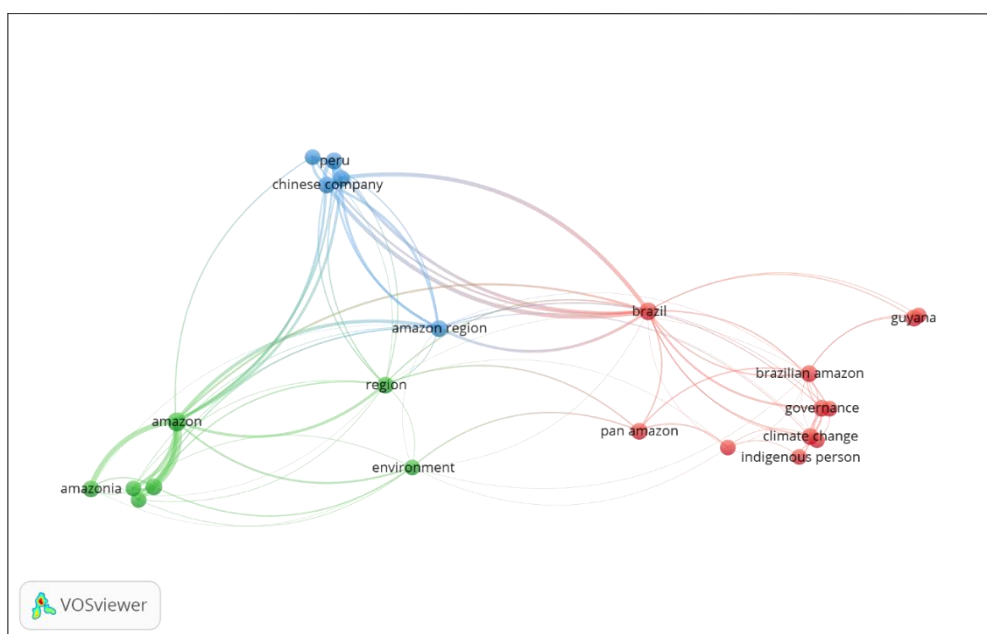
O artigo de Pio Penna Filho (2013) traz uma variedade de assuntos interligados, com o objetivo de estudar as interações regionais e os desafios internacionais sobre a Pan-Amazônia, destacando o ambientalismo e a economia. Já no artigo do Silva (2013), ele analisa o caso da submissão brasileira a uma plataforma continental, tendo como objetivos principais mostrar a utilização do direito do mar, bem como a sua evolução e limites, e analisar a partir daí os interesses brasileiros políticos e econômicos na plataforma continental estendida e no projeto Amazônia azul.

O próximo artigo é de Inoue (2012), que tem como objetivo principal trazer a Amazônia para o centro da governança brasileira sobre as mudanças climáticas, tendo em vista que esta área é vulnerável aos efeitos climáticos. Já o artigo de Procópio (2009) aborda as políticas de proteções dos povos indígenas, tendo como objetivos mostrar o despreparo dos países amazônicos na capitalização de virtudes e

reclamações de um mundo para todos, bem como os direitos humanos e as garantias fundamentais compartilhadas por indígenas ou não-indígenas. Para finalizar os artigos da RBPI, temos mais um artigo de Procópio (2007), que aborda a economia informal do Brasil ligada aos países vizinhos Guiana, Suriname, Venezuela e a Guiana Francesa, analisando o fenômeno da economia clandestina e como ela afeta na geopolítica cultural e na aproximação entre estes países.

Nestes oito textos principais, analisamos as nuvens de palavras que são formadas pelas palavras que aparecem em mais de dois títulos e/ou resumos, assim como as palavras-chaves que aparecem em duas ou mais publicações. Estas palavras assim como explicado no compilado de artigos, é o resultado que se lê como a força de associação das palavras e estão divididas em três categorias seguindo a ordem de relevância vermelho, verde e azul

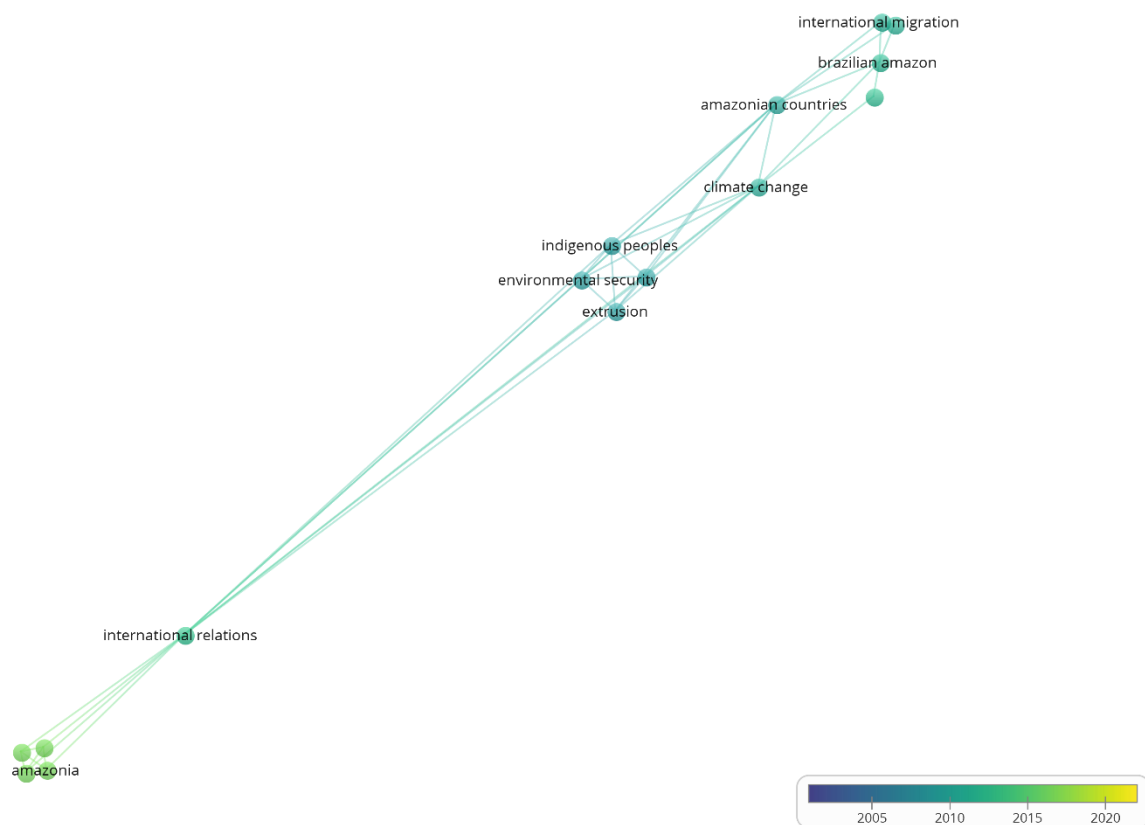
Figura 05: Nuvens de palavras dos títulos e resumos dos 8 artigos



Fonte: VOSviewer e própria autora

Em relação as palavras-chaves, escolhidas pelos autores dos artigos, o que se pode observar é que os parâmetros da pesquisa (em duas ou mais key-words) nos mostram um aumento dos assuntos a partir dos anos de 2010. Observe a figura 6.

Figura 06: Nuvem de Palavras-Chaves dos 8 artigos.



Fonte: Vosviwer e própria autora

b) Artigos em Ciências Políticas

Na categoria das ciências políticas temos onze artigos, excluídos os artigos já apresentados na seção anterior, da RBPI, que foram neste trabalho categorizados como de Relações Internacionais. Estes onze artigos tratam de diversos temas. A revista Civitas traz temas como hidrelétricas, avaliação de impactos sociais e ambientais, demanda chinesa, fronteiras agrícolas, desmatamento, xamanismo, arte contemporânea, agricultura familiar, infância indígena e entre outros.

A Revista de Sociologia Política traz temas voltados a defesa nacional, doutrina estratégica e as políticas públicas da Amazônia equatoriana. Já a Revista Brasileira de Economia Política traz temas que abrangem desenvolvimento

econômico; desenvolvimento sustentável, ONGs ambientais, normas de política, a relação do Banco Mundial com a natureza, sobretudo a Amazônia e outros. A Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos traz os temas de direitos indígenas, povos indígenas e indústria petrolífera e, por fim, a Revista Brazilian Political Science Review traz o tema de conflitos ambientais, pessoas indígenas e necropolítica.

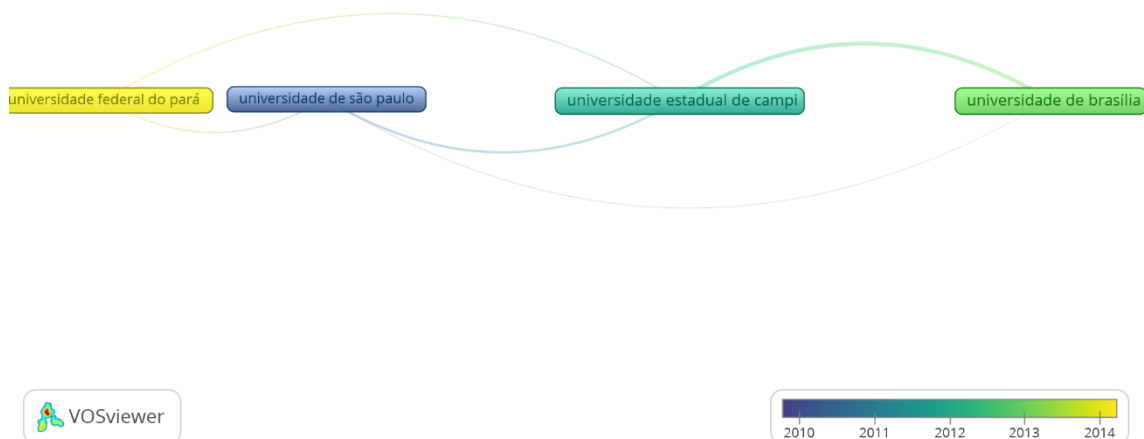
d) Artigos em estudos ambientais

Com os seus 48 artigos, a revista Ambiente e Sociedade traz temas multidisciplinares envolvendo a Amazônia. São temas associados a pesca, recursos naturais, código florestal, desmatamento, desenvolvimento desigual, desenvolvimento sustentável, povos indígenas, áreas protegidas, floresta amazônica, bioma, mudanças climáticas, pecuária e centenas mais de diversos assuntos que englobam a Amazônia e as relações internacionais.

5.5 Análise dos artigos por instituições

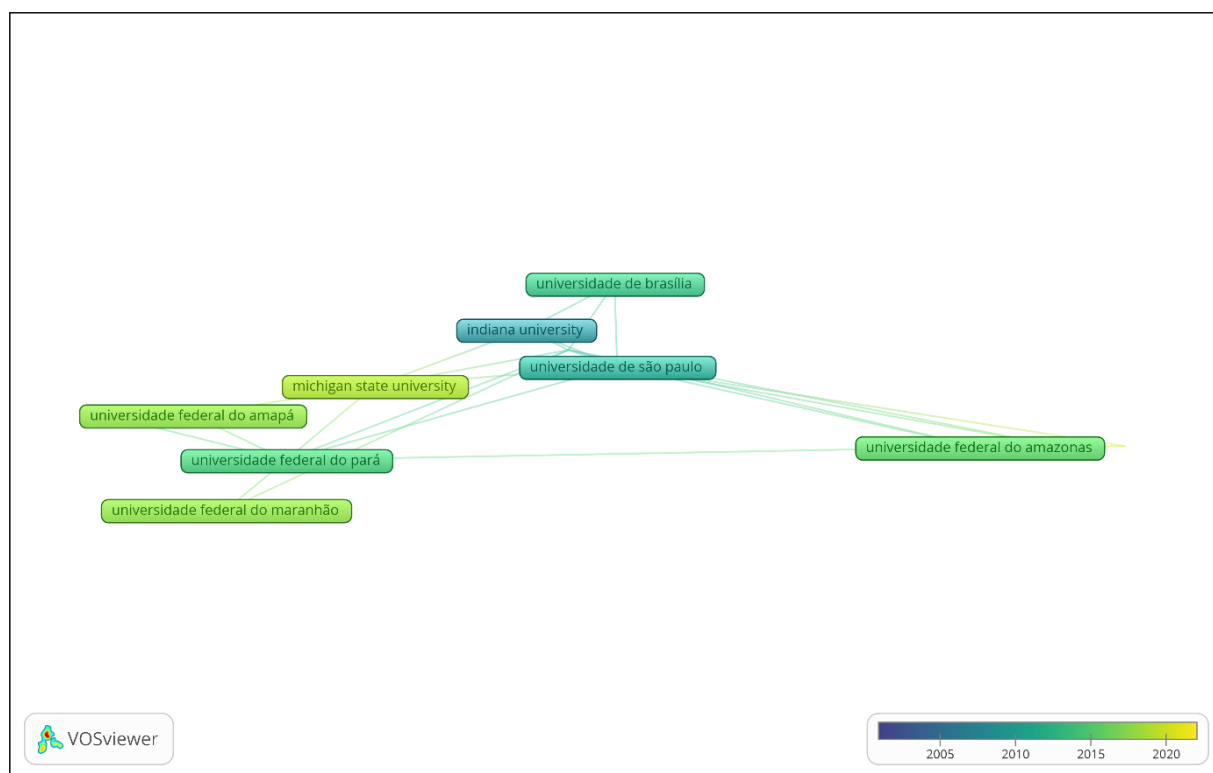
E para finalizar esta seção, analisamos as universidades brasileiras que mais publicaram trabalhos nesta amostra analisada. O resultado comprova um dos primeiros argumentos apresentados neste trabalho, de que os cursos de relações internacionais estão em maior quantidade no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Com maior contribuição a partir do ano de 2010, as universidades apresentadas na Figura 7 publicaram dois ou mais artigos no total de oito artigos de relações internacionais. Vale ressaltar a aparição da Universidade do Pará, que está em uma ascensão em relação as publicações neste campo de estudo, e também podemos observar que estas contribuições estão sendo feitas mais recentemente, isto nos mostra a importância da tese da autora Manuela Picq (2016) de pensar a Amazônia a partir da sua localização. Na Figura 08 estão as instituições com dois ou mais artigos entre o compilado dos 67 artigos, tendo suas maiores contribuições a partir dos anos de 2015, o que podemos observar é que aparecem mais contribuições das universidades que estão dentro da região que contém o bioma amazônico no Brasil.

Figura 07: Publicação das Universidades dos 8 artigos



Fonte: Vosviewer e própria autora

Figura 08: Publicação das Universidades dos 67 artigos.



Fonte: Vosviewer e própria autora

5.6 Política Ambiental Global

Nesta conjuntura, é importante analisarmos a posição brasileira em relação à governança global do meio ambiente, bem como as suas políticas ambientais. Desta forma, além do texto de Inoue (2012), que foi apresentado nos resultados da pesquisa no SciELO CI, acrescentamos mais dois textos, que nos dão um panorama mais atual. São eles Viola e Gonçalves (2019) e Pereira e Viola (2019). Estes dois textos acrescentados não apareceram nos resultados da análise bibliométrica por conta da limitação dos resultados da análise (8 artigos) e também por não se encaixarem nos parâmetros estabelecidos. O texto de Viola e Gonçalves (2019), por exemplo, é da revista RBPI, entretanto não é um research article. Já o texto do Pereira e Viola (2019) é de uma publicação estrangeira. Entretanto, os dois textos enriquecem a nossa análise. Aqui é importante ressaltar, que a expansão dos critérios resulta em um panorama mais amplo, e que os oito artigos não são o suficiente para entender este campo de pesquisa como um todo.

Também é importante ressaltar, como dito anteriormente na contextualização, que para o Brasil as questões climáticas estão no centro dos debates em relação à governança ambiental, além de ser um dos países com um elevado grau de emissão de gases de efeito estufa, também é detentor de uma grande biodiversidade, de um grande território, de uma significativa parcela de recursos de água doce e todos estes fatores são pontos centrais na governança ambiental e que reflete diretamente nas questões climáticas. Além disso, a Amazônia – na qual o Brasil detém aproximadamente 60% do território – é considerado um elemento chave do sistema terrestre, cujas alterações podem impactar todo o sistema climático global.

De acordo com a Inoue (2012), municípios amazônicos do Brasil estão no centro da governança climática global, tendo em vista que esta região é impulsionadora de mudanças climáticas, bem como, vulnerável a estes efeitos. Em dezembro de 2009, a Política Nacional sobre Mudança do Clima foi sancionada como lei nacional, entre um dos seus principais objetivos está o plano de ação para prevenir e controlar o desmatamento na Amazônia. Sabe-se que a combinação de fatores como incêndio, mudança no uso da terra e etc., podem resultar em extinção de inúmeras espécies, perda de serviços ambientais, como o estoque de carbono, e por isso a importância de uma boa gestão de governança ambiental.

Ainda de acordo com a Inoue (2012), os desafios que estão inseridos na governança climática são maximizados devido a atividades econômicas, tais como explorações de madeira, mineração, pecuária além de investimentos públicos em infraestruturas que afetam negativamente a região, tais como estradas e usinas hidroelétricas. Entretanto, é importante ressaltar, que devemos nos conscientizar de como as interações do global ao local ocorrem, bem como entender como elas conduzem os arranjos de governança para participar das tomadas de decisões. Também é importante ressaltar que a mudança climática é em escala global, entretanto esta escala pode limitar ainda mais a participação na tomada de decisões, tendo em vista que são necessários recursos que às vezes não estão disponíveis para os governos locais, como é o caso da Amazônia.

Os autores Viola e Gonçalves (2019) nos trazem um panorama geral dos altos e baixos na governança global, durante o século 21. É possível destacar que a mudança climática é um dos principais desafios da humanidade, bem como a guerra nuclear, tecnologias destrutivas, globalização assimétrica e confronto entre regimes democráticos e autocráticos. De acordo com os autores, o Brasil é um ator relevante na Governança Ambiental Global ou Global Environmental Governance (GEG), pois o país detém um poder destrutível se não bem governado, que afetaria não só o país, mas prejudicaria o sistema terrestre. Isto se dá pelo fato de obter uma enorme parcela dos recursos naturais mundiais, mas também pode ser um importante catalisador para respostas inovadoras aos desafios atuais.

O Brasil consolidou uma narrativa de compromisso com a agenda ambiental internacional, entretanto, de acordo com os autores, há uma forte dissonância entre os discursos do governo brasileiro sobre as questões ambientais e as políticas efetivamente implementadas no período de 1989-2019. Isto se dá porque a análise das políticas internas brasileiras envolvendo questões ambientais é fortemente relacionada com as ações realizadas a nível local, levando em conta o sistema federativo e sua organização e administração.

Do lado positivo, durante o período de 2005 a 2012, o Brasil investiu e alocou recursos para promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia e aumentou a proteção ambiental, investindo na reestruturação dos órgãos ambientais, o que resultou em

impactos positivos, por exemplo, na eficácia no combate ao desmatamento, pois houve monitoramento e fiscalização mais eficientes.

Ainda de acordo com os autores Gonçalves e Viola (2019), do lado negativo, desde 2015, o Brasil vive uma recessão e estagnação, gerados através dos desequilíbrios macroeconômicos acumulados no período 2006-2014 (especialmente desde 2011), mas também explicados pela longa história de capitalismo, corrupção público-privada, elites políticas e econômicas que historicamente governaram visando interesses próprios.

Além disso, de 2018 em diante, após a eleição de Bolsonaro, campanhas anti-ambientais vêm sendo declaradas com a justificativa de alavancar a economia brasileira, mudanças como extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, aprovação de comercialização de alguns agrotóxicos proibidos em outros países, discursos agressivos em relação aos povos indígenas a exoneração do Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que é responsável, pelo monitoramento do espaço amazônico por satélite para acompanhar o desmatamento, tentativa de mudança de destinação do Fundo Amazônia para indenizar terras desapropriadas entre outras várias decisões, nos levam a crer que governança brasileira em relação ao clima está em forte decadência.

O texto de Pereira e Viola (2019) nos apresenta a dificuldade de um desenvolvimento sustentável na Amazônia, colocando em ênfase que os esforços globais para a mitigação da mudança climática e as políticas atuais para Amazônia são inadequadas para a prevenção de aquecimento global e desmatamento, por exemplo. Vários estudos apontam que a resiliência da Amazônia está se deteriorando, e, possivelmente, levando a danos ambientais abruptos e irreversíveis. Se este realmente for o caso, há a possibilidade de grandes quantidades de carbono serem liberadas na atmosfera, precipitando uma catástrofe ambiental. Além disso, os autores chamam a atenção para a urgente necessidade de uma mudança de paradigmas na forma de como os países amazônicos se relacionam com a floresta e para se posicionarem internacionalmente em relação às agendas do clima e da biodiversidade, ou seja, é necessário pensar na Amazônia além das fronteiras nacionais.

A governança sustentável da região é comprometida pelos interesses econômicos em diferentes setores principalmente nos países Brasil, Bolívia, Equador e Peru, bem como o baixo desenvolvimento da atenção pública e política dadas às questões ambientais em todos os países amazônicos, apesar de se entender economia versus meio ambiente, os autores afirmam que há sim a possibilidade de uma exploração sustentável do bioma amazônico que alavancaria tanto a economia quanto a preservação dos recursos naturais. Além disso, o texto nos leva a refletir que sobre a errática governança da floresta em todos os países amazônicos, sobre a falha da ACTO (Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia) em estabelecer políticas de longo prazo na região. E também nos conscientizam sobre a hipótese de savanização da floresta tropical, que aparentemente está se tornando cada vez mais real.

Ou seja, diante destas três análises podemos concluir que é necessário trazer a Amazônia para o centro da governança global, e se munir de recursos para que não haja uma catástrofe ambiental. É válido ressaltar que, nos três artigos, os autores falam sobre uma possível savanização, bem como a concordância que as atuais políticas ambientais não têm sido eficazes no combate aos inúmeros desafios das questões climáticas.

6. Considerações finais

A Amazônia é um fator central nas questões ambientais, é um bioma internacionalizado e que nos traz profundas reflexões e levantamentos sobre o meio ambiente e também sobre as relações internacionais. Mesmo que as RIs estudem muito dos temas que podem ser associados a este bioma, tais como narcotráfico, imigrantes legais e ilegais, defesa e segurança, impactos econômicos em escalas globais, tratados e debates envolvendo diferentes atores e dentre outros, o resultado achado contrapõe a nossa hipótese, pois não foi identificada uma prevalência de assuntos, bem como não há uma regularidade temporal nas publicações das RIs envolvendo este tema.

Como foi observado neste trabalho, o tema Amazônia ele aparece mais a partir de uma abordagem multidisciplinar do que com predominâncias em áreas específicas como é o caso das relações internacionais, mas é importante observar que dada a complexidade da Amazônia, a multidisciplinaridade é um resultado esperado e que torna a produção do campo de estudo sobre a Amazônia cada vez mais rico. Também gostaria de ressaltar que não há como se apresentar uma posição absoluta acerca dos temas que envolvem o bioma amazônico, tendo em vista que está sempre em mudança.

Também é importante ressaltar que, de acordo com os nossos parâmetros escolhidos para o levantamento de trabalhos, apenas oito artigos foram realmente selecionados na categoria internacional *relations*, o que nos traz limitações para a análise, não sendo possível afirmar que estes resultados nos dão a visão geral deste campo de estudo. Alguns destes silêncios que foram constatados na pesquisa foi a ausência de publicações dos próprios povos da floresta e outros tipos de materiais que analisavam outros diferentes tipos de abordagens, talvez como uma complementação ou continuação desta pesquisa caso houvesse mais tempo, seria fazer uma pesquisa, no qual o requisito não fosse específico em relação ao Brasil, mas sim como a Amazônia no todo, seria interessante olhar todas as coleções dos países que detém parte do bioma amazônico e destacar os assuntos que mais são abordados em todos países e relacionar a semelhança entre os países.

Possíveis soluções para estes silêncios encontrados nesta monografia seriam a entrevista com os editores das revistas, acrescentar outros tipos de publicações, e olhar o que os pesquisadores brasileiros publicam em periódicos estrangeiros. Entretanto, muito possivelmente esta análise implicaria em refazer a consulta com bases diferentes, que inclusive facilitaria a correlação da pesquisa com a política ambiental global, pois pegaria do nível local ao global pela perspectiva, por exemplo, do Sul global.

Além dos fatores que associamos à política ambiental global, dos oito artigos, quatro falam sobre as mudanças climáticas como fatores centrais da governança global se colocado a Amazônia como o centro da pauta (PROCÓPIO, 2009, INOUE, 2012, PICQ, 2016 e PENNA FILHO, 2013), outros dois refletem sobre a imigração (ARAGÓN, 2011, e PROCÓPIO, 2007), e outros três são conteúdos em relação à economia (WEGNER, e FERNANDES, 2018, PENNA FILHO, 2013, e SILVA, 2013). Ou seja, a Amazônia, as Relações Internacionais e a Política Ambiental global estão fortemente associadas, com suas óticas diferentes, entretanto com visões similares.

Outro ponto de destaque é que os resultados confirmam a tese do professor Lessa (2006), de que as regiões que fazem parte do bioma são as que menos publicam. Isto pode ser explicado pelo fato de que o curso de relações internacionais é recente nestas regiões do norte e do nordeste. Outro ponto de destaque é que, entretanto, desde os anos de 2015 em diante são exatamente destas universidades que ocupam o norte e o nordeste que vem aumentando as publicações sobre o tema Amazônia, mesmo que ainda de uma forma mais multidisciplinar.

Mesmo que o português seja a língua materna do Brasil, as publicações normalmente também são publicadas em inglês, tendo como justificativa um alcance maior de visibilidade em tais artigos. O que podemos concluir é que muito das bases e revistas renomadas que têm públicos de diferentes países raramente aceitam os padrões de publicações brasileiros, levando assim o Brasil a modificar e se adequar a tais diretrizes para que as pesquisas e publicações sejam de fato alcançadas em outros locais do mundo.

E para finalizar, com um dos maiores aprendizados tirado desta análise, e concordando com a autora Picq (2016), é necessário trazer a lente do Sul-Global para o ponto central nas discussões, problemáticas e soluções no que tange ao meio

ambiente. Além disso, é necessário associar o Norte – Sul e não tratar como opostos, tendo em vista, que a permuta de conhecimentos desenvolveria muitos aspectos positivos neste campo de estudo. Também é importante ressaltar que a cópia das diretrizes do Norte global sobre as questões ambientais não é eficaz no que tange a biodiversidade e a riqueza natural que o Sul global detém, sendo necessário assim dar ouvidos as pesquisas e soluções nacionais. Além disso, é importante salientar que por conta dos critérios escolhidos, o resultado não conseguiu alcançar, por exemplo, trabalhos de povos da floresta que seria de suma importância nesta ótica do Sul global, ou seja, seria de grande relevância uma expansão desta monografia colocando como centro do estudo os trabalhos destes povos.

E por fim, é necessário trazer a Amazônia em específico para o coração destes debates, pois esta abrange uma riqueza de conhecimentos que por vezes não foram colocados em pauta, mas que são de suma importância, para entender movimentos políticos, econômicos e ambientais.

7. Referências Bibliográficas

ALENCAR, Maria Simone de Menezes; OLIVEIRA, Eloísa da Conceição Príncipe de. A internacionalização das coleções da SciELO Citation Index na área de Ciência da Informação e Biblioteconomia. **Em questão** V. 23, p. 142-158, 2017. <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245230>.

ARAGON, Luis E. Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 1, p. 71-102, Junho 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292011000100004>

CASTRO, Fábio de; FUTEMMA, Célia. **Governança Ambiental no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

CHUEKE, Gabriel Vouga; AMATUCCI, Marcos. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, v. 10, n. 2, p. 1-5, maio/agosto, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/188619165.pdf>. Acesso em 06 de março de 2021.

CHADEGANI, Aghael et al. A Comparison between Two Main Academic Literature Collections: Web of Science and Scopus Databases (7 de Abril de 2013). **Asian Social Science**, vol. 9, No. 5, pp. 18-26, 2013. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2257540>>

GEHRE, Thiago; ARRAES, Virgílio. **Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

INOUE, Cristina Y. A.. Governance of global climate change in the Brazilian Amazon: the case of Amazonian municipalities of Brazil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília , v. 55, n. spe, p. 170-189, 2012 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292012000300010>.

_____. Governança global do clima: proposta de um marco analítico em construção. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 91–117, 2016. DOI: 10.21530/ci.v11n1.2016.242.

KEVIN, Wan Utap Anyi et al. Bibliometric studies on single journals: a review. **Malaysian Journal of Library & Information Science**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 17-55, apr. 2009. ISSN 1394-6234. Disponível em: <<https://mjlis.um.edu.my/article/view/6951>>. Acesso em 18 de março de 2021.

LESSA, Antônio Carlos. A intensificação do debate acadêmico e social sobre relações internacionais e política exterior no Brasil. In: LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Orgs). **Relações internacionais do Brasil: Temas e agendas** -. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p 457-491.

LOPES, Sílvia *et al.* A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas. **Gestão de sistemas e redes informação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. v. 11, p. 1-7, 2012. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/429>. Acesso em 18 de março de 2021

MANZUR, Tânia Maria P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova**, n. 93, p. 169-199, dez. 2014. . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 de abril de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000300007>.

PACKER, Abel L. **SciELO Citation Index no Web of Science**. 2014. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2014/02/28/scielo-citation-index-no-web-of-science/#.YJ6mxqhKjIU>. Acesso em 10 de abril de 2021.

PENNA FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília , v. 56, n. 2, p. 94-111, Dec. 2013 .Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000200006>

PEREIRA, Joana C.; VIOLA, Eduardo. Close to a Tipping Point? The Amazon and the Challenge of Sustainable Development under Growing Climate Pressures. **Journal of**

Latin American Studies, [S.L.], v. 52, n. 3, p. 467-494, 22 maio 2020. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0022216x20000577>.

PICQ, Manuela. Rethinking IR from the Amazon. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 59, n. 2, p. 1-17, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201600203>.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, v. 24, n. 4, p. 348-349, 1969.

PROCOPIO, Argemiro. A Amazônia Caribenha. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 2, pág. 97-117, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292007000200007> .

_____. Gulliver na Amazônia e as aventuras do indigenismo nas Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional** , Brasília, v. 52, n. 2, pág. 133-154, dezembro de 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292009000200008> .

RIBEIRO, Henrique César Melo. Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros. **Bíblias: Journal of Librarianship and Information Science**, [SI], n. 69, pág. 1 a 20, 2018. Disponível em: <<http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/393/316> >. Acesso em 06 de março de 2021 doi: <https://doi.org/10.5195/biblios.2017.393>.

SCIELO (org.). **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. São Paulo: Scielo – Scientific Electronic Library Online, 2020. 42 p. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em 22 de março de 2021.

SEIXAS, Cristiana Simão et al. Governança ambiental no Brasil: rumo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ods)?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.L.], v. 25, n. 81, p. 1-21, 2020. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v25n81.81404>.

SILVA, Alexandre Pereira da. O novo pleito brasileiro no mar: a plataforma continental estendida e o Projeto Amazônia Azul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 104-121, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de maio de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100006>.

SOARES, Patrícia Bourguignon et al. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science. **Ambiente Construído**, v. 16, n. 1, p. 175-185, jan. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-86212016000100175&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/s1678-86212016000100067>.

SOUZA, Thiago Alves de; ALCÂNTARA, Rosane Lúcia Chicarelli; PIATO, Éderson Luiz. Gestão de risco na cadeia de suprimentos: Análise bibliométrica da produção intelectual no período de 2000 a 2015. **Revista Espacios**, v. 39, n. 19, p. 16-32, nov. 2017.

VIOLA, Eduardo; GONÇALVES, Veronica Korber. Brazil ups and downs in global environmental governance in the 21st century. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 62, n. 2, p. 1-10, set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201900210>.

WEGNER, Rubia Cristina; FERNANDES, Marcelo Pereira. The Amazon and the Internationalisation of Chinese Companies. **Contexto Internacional**, v. 40, n. 2, p. 361-385, Aug. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292018000200361&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de maio de 2021. Epub Sep 03, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-8529.2018400200006>.